



XLIX CONCURSO

INGRESSO À CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROVA PREAMBULAR

NOME DO CANDIDATO	ASSINATURA

- Este caderno contém 100 questões objetivas. Verifique se ele está completo e se não apresenta problemas de impressão. Se for o caso, solicite ao fiscal de sala a substituição deste caderno.
- Preencha **agora** os campos destacados acima. No primeiro, escreva seu nome com letra legível; no segundo, aponha sua assinatura.
- Confira a correção de seus dados pessoais constantes na folha de respostas; em caso de erro, consulte um fiscal de sala.
- Preencha as elipses da folha de respostas com caneta esferográfica preta ou azul, sem rasurar.
- Não deixe nenhuma questão sem resposta.
- Não utilize qualquer espécie de material para consulta.
- Abstenha-se de fazer perguntas relacionadas ao conteúdo das questões, pois a interpretação destas faz parte da prova.
- O candidato **NÃO PODERÁ** levar o caderno de questões; o caderno será disponibilizado para consulta no site www.mprs.mp.br.
- Não deixe de assinar a folha de respostas e a lista de presenças.
- A prova terá duração de, **no máximo**, 5 horas e 30 minutos.



LÍNGUA PORTUGUESA

Instrução: As questões 1 a 9 referem-se ao texto abaixo.

1 A projeção dos impérios europeus em além-mar inaugurou muitos caminhos, produzindo
2 sociedades escravistas e colônias de assentamento. Em algumas regiões, populações indígenas
3 foram dizimadas por doenças, pela violência, pela conversão coercitiva e pela aculturação. Em
4 outras circunstâncias, conseguiram manter e cultivar sua integridade diante das intervenções
5 europeias, com mais sucesso na Ásia que nas Américas. Os impérios em além-mar viveram à
6 base das habilidades organizacionais e administrativas – e não apenas do trabalho pesado – de
7 seus súditos. Em alguns casos, constituíram-se sociedades coloniais onde as elites se moldaram
8 a partir da aristocracia espanhola, ou da alta burguesia inglesa, e exerceram diferentes formas de
9 dominação sobre os descendentes de europeus, povos indígenas e escravos importados. Alguns
10 desses grupos coloniais desejavam se desvincular de um império e construir outro de acordo
11 com suas próprias regras – é o caso do “Império da Liberdade” dos revolucionários _____ e
12 do Império Brasileiro, que surgiu quando parte da família real portuguesa decidiu não voltar mais
13 para casa.

14 Para os impérios do século XVIII, as implicações das teorias e revoluções políticas não eram
15 nada claras. Se, nas monarquias, todos os súditos eram subjugados ao poder do rei ou imperador,
16 quando o “povo” governava, a questão de quem fazia ou não parte desse povo passou a ser
17 crucial. A ideia de soberania popular teve consequências explosivas quando foi reivindicada pelos
18 colonos da América do Norte britânica e pelos escravos da Santo Domingo francesa.

19 Os Estados Unidos se tornaram unidos em parte pelo medo que tinham dos outros impérios. O
20 novo regime proclamou a igualdade já em seu instante fundacional, mas não a aplicou a todos os
21 territórios que reivindicou e conquistou ao longo de sua história. Esse império destruiu e
22 marginalizou comunidades indígenas, e não foi capaz de resolver as tensões entre os estados
23 “livres” e “escravistas” sem uma guerra civil. Durante parte considerável do século XX, a república
24 manteve povos nativos à margem de seu regime e não foi capaz de estabelecer direitos iguais
25 para os descendentes de escravos. O forte sentimento de comunidade moral na ideologia deles
26 permitiu a um imenso império que se derramava sobre o continente inteiro – e, mais tarde,
27 também em além-mar – minimizar sua história imperial e retratar a si mesmo como uma única
28 grande nação, dividida em estados federados com certo nível de _____, mas equivalentes uns
29 aos outros.

30 Os governantes dos Estados europeus não necessariamente desejavam se limitar a governar
31 um só povo: estavam familiarizados com o Estado enquanto entidade diferenciada, e podiam
32 variar de estratégia entre seus componentes. A organização imperial persistiu após as revoluções,
33 foi ampliada por Napoleão e reestruturada mais uma vez após sua derrocada. Para a Grã-
34 Bretanha, o imperialismo de _____ – isto é, o exercício de poder econômico caracterizado
35 por intervenções militares – se tornou uma estratégia tão importante quanto os diversos tipos de
36 autoridade que exercia sobre Escócia, Irlanda, Canadá, Índia e ilhas do Caribe – e, mais tarde,
37 sobre boa parte da África.

38 As colonizações do século XIX não criaram impérios totalmente novos, como sugerem alguns
39 historiadores. , elas aprofundaram e expandiram o repertório de técnicas imperiais,
40 estenderam redes transversais e ideias contagiantes e levaram a concorrência _____ a um
41 novo patamar. Europeus adquiriram meios mais eficazes para fazer com que indivíduos em terras
42 distantes servissem aos seus interesses, mas havia discordâncias profundas quanto ao direito de
43 tratá-los como objetos passíveis de exploração ou membros noviços de uma comunidade imperial.
44 Desafiados por revoltas e movimentos abolicionistas transcontinentais, Grã-Bretanha (em 1833),
45 França (em 1848) e, por fim, Brasil e Cuba (na década de 1880) aboliram a escravidão. Muitos
46 não acreditavam que os africanos, asiáticos ou seus descendentes fariam por merecer algum dia
47 direitos e participação política iguais, mas os limites da autoridade colonial e a possível “elevação”
48 de povos colonizados ao patamar da civilização se tornaram questões de debate.

49 Nas conferências entre governantes imperiais, potências europeias manifestaram seu “direito”
50 coletivo de governar os outros, reforçado por teorias de evolução social e distinção racial. No
51 entanto, poucos anos antes da partilha do final do século XIX, até mesmo os defensores de uma



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

52 transformação vigorosa da África recuavam quando confrontados com problemas administrativos
53 como governar um espaço amplo, recrutar intermediários, controlar os excessos de seus agentes
54 e colonos e transformar os hábitos de povos dotados de redes de solidariedade próprias e
55 capazes de se adaptar a novas circunstâncias.

Adaptado de: BURBANK, J.; COOPER, F. *Impérios: uma nova visão da história universal*.
São Paulo: Planeta, 2019, p. 572-574.

1. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas tracejadas das linhas 11, 28, 34 e 40, nesta ordem.

- (A) norte-americanos – auto-governo – livre comércio – inter-imperial
- (B) norteamericanos – auto-governo – livre comércio – interimperial
- (C) norteamericanos – autogoverno – livre comércio – inter-imperial
- (D) norte-americanos – autogoverno – livre-comércio – interimperial
- (E) norteamericanos – auto-governo – livre-comércio – inter-imperial

2. Com base na relação de sentido que o período na linha 39 do texto mantém com o período precedente, assinale a expressão que mais adequadamente preenche a lacuna pontilhada da linha 39.

- (A) Além disso
- (B) Em consequência disso
- (C) Em vez disso
- (D) Por causa disso
- (E) Sendo assim

3. Considere as seguintes afirmações acerca do conteúdo do texto.

1. Os impérios europeus ultramarinos não foram totalmente vitoriosos no processo de colonização das populações nativas da Ásia e das Américas, pois tiveram que se render às elites locais, que, por meio de revoluções anticoloniais, conseguiram conter os invasores.

2. Os americanos não consideraram os povos nativos como parte do conjunto de cidadãos de seu território, apesar de terem fundado o novo regime com base na **ideia de soberania popular** (l. 17).

3. No século XIX, as antigas estratégias de dominação dos impérios europeus esmoreceram, dando origem a bem-sucedidos movimentos abolicionistas.

Quais estão corretas de acordo com o texto?

- (A) Apenas 1.
- (B) Apenas 2.
- (C) Apenas 1 e 2.
- (D) Apenas 2 e 3.
- (E) 1, 2 e 3.

4. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna tracejada do enunciado abaixo. Se a oração **A projeção dos impérios europeus em além-mar inaugurou muitos caminhos** (l. 1) fosse transposta para a voz passiva analítica, a forma verbal resultante seria _____.

- (A) eram inaugurados
- (B) foram inaugurados
- (C) são inaugurados
- (D) seriam inaugurados
- (E) tinham sido inaugurados



5. Considere as seguintes afirmações sobre palavras do texto.

1. O vocábulo **além-mar** (l. 1) é antônimo de **aquém-mar**.
2. O vocábulo **desenvencilhar** (l. 10) é formado por acréscimo de prefixo ao verbo **envencilhar**.
3. O vocábulo **imperialismo** (l. 34) é formado por acréscimo de sufixo ao substantivo **império**.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas 1.
- (B) Apenas 2.
- (C) Apenas 1 e 2.
- (D) Apenas 2 e 3.
- (E) 1, 2 e 3.

6. Considere as seguintes propostas de substituição de formas verbais no texto e assinale com **1** aquelas que manteriam a correção gramatical e o significado contextual e com **2** aquelas que os alterariam.

- () Substituir **viveram** (l. 5) por **subsistiram**.
- () Substituir **marginalizou** (l. 22) por **desassistiu**.
- () Substituir **levaram** (l. 40) por **conduziram**.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) 1 – 2 – 2.
- (B) 2 – 1 – 2.
- (C) 2 – 2 – 1.
- (D) 2 – 1 – 1.
- (E) 1 – 2 – 1.

7. Considere as três formas verbais elencadas na coluna da esquerda; e, na da direita, as respectivas justificativas em relação à concordância verbal.

	FORMA VERBAL	JUSTIFICATIVA
1.	constituíram-se (l. 7)	O verbo está apassivado pelo pronome se e concorda em número e pessoa com o sujeito paciente.
2.	fazia (l. 16)	O núcleo do sujeito é um substantivo singular e com ele o verbo concorda em número e pessoa.
3.	se tornaram (l. 19)	O núcleo do sujeito é um nome próprio pluralizado antecedido de artigo, e, nesse caso, o verbo concorda com o artigo.

Quais justificativas estão corretas?

- (A) Apenas 1.
- (B) Apenas 2.
- (C) Apenas 1 e 3.
- (D) Apenas 2 e 3.
- (E) 1, 2 e 3.

8. Assinale a alternativa em que se estabelece uma relação correta entre um pronome do texto e o segmento que ele retoma.

- (A) **suas** (l. 11) – [as próprias regras das] **sociedades coloniais** (l. 7)
- (B) **seu** (l. 20) – [o instante fundacional de] **outros impérios** (l. 19)
- (C) **sua** (l. 21) – [a história de] **todos os territórios** (l. 20-21)
- (D) **sua** (l. 33) – [a derrocada de] **Napoleão** (l. 33)
- (E) **seu** (l. 49) – [o direito coletivo dos] **governantes imperiais** (l. 49)



9. Considere as seguintes ocorrências da palavra **que** no texto.

1. **que** (l. 26)
2. **que** (l. 41)
3. **que** (l. 46)

Quais ocorrências da palavra **que** retomam uma palavra ou uma expressão anteriormente explicitada no texto?

- (A) Apenas 1.
- (B) Apenas 2.
- (C) Apenas 3.
- (D) Apenas 2 e 3.
- (E) 1, 2 e 3.

Instrução: As questões **10 a 22** referem-se ao texto abaixo.

1 Quase um ano depois da sua abdicação, Napoleão Bonaparte aportou no sul da França com
2 1500 homens para reconquistar Paris, aonde chegou em 20 de março de 1815. A França voltara a
3 ser uma monarquia em que bonapartistas, liberais independentes, monarquistas e as massas
4 descontentes mantinham-se em constante conflito, mesmo que a maioria apenas desejasse uma
5 democracia liberal.

6 Surpreendidos pela ação audaciosa do imperador, tanto o governo quanto os grupos
7 monarquistas tentaram coordenar esforços para impedi-lo de retomar o poder. Luís XVIII enviou
8 exércitos para prendê-lo, mas soldados e comandantes se renderam ao fulminante carisma do
9 antigo soberano. Além de admiração e respeito, muitos altos oficiais lhe deviam suas carreiras
10 militares, títulos e fortunas. Como resultado, o rei saiu de Paris em 13 de março, refugiando-se em
11 Ghent, na atual Bélgica.

12 Aparentemente, não era o imperador deposto que retornava ao poder, mas o homem que
13 melhor personificava o espírito da Revolução no imaginário nacional, embora a emergente
14 burguesia temesse uma reedição da radicalização dos anos 1793 e 1794.

15 Cinco dias após a volta de Napoleão Paris, a Áustria, a Prússia e a Rússia, cujos
16 governos autocráticos desejavam reprimir as ideias revolucionárias que ele representava,
17 incluindo a meritocracia, a igualdade de direitos perante a lei, o _____ e a tolerância religiosa,
18 voltaram a se unir Grã-Bretanha para formar uma nova aliança contra o restaurado império
19 francês.

20 “Com ele, não poderá haver nem paz, nem trégua”, dizia a declaração de Viena. O
21 imperador sabia que, apesar das vantagens materiais conquistadas e das glórias trazidas pelas
22 vitórias militares, 23 anos de guerras tinham ceifado muitíssimas vidas de pais, maridos e filhos, e
23 afetado a economia agrária da França. Entretanto, sua sobrevivência política dependia do
24 sucesso desta nova cartada: unir o país sob a sua liderança contra a _____ ameaça de
25 invasão das quatro potências estrangeiras que o tinham derrotado havia menos de um ano.

26 Ainda que os franceses não apreciassem Luís XVIII, o irmão sucessor do rei que havia sido
27 guilhotinado pela Revolução, pelo menos ele não tinha o menor interesse em guerras. Contudo,
28 tendo vivido 23 anos no exílio, era pouco conhecido pela população e professava ideias
29 extremamente anacrônicas sobre fanatismo religioso e restauração de privilégios feudais, em
30 pleno século XIX.

31 O tempo era escasso, e o desafio, imenso. Era preciso suavizar a imagem despótica do
32 imperador por intermédio das emendas constitucionais propostas por Benjamin Constant, que
33 incluíam a abolição da censura, a liberdade religiosa, o estado laico, o direito das duas casas
34 legislativas de alterar leis, o direito do poder legislativo de supervisionar o poder executivo, bem



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

35 como a obrigatoriedade da aprovação prévia de recrutamentos pelas casas legislativas, dentre
36 outras. Embora Napoleão não apreciasse o que chamava de “jugo constitucional”, entendia o Ato
37 Adicional à constituição como um mal necessário. Aprovado em plebiscito, ele transformou a
38 França num efêmero império liberal. “Não confiem nessas reformas. Assim que ele estiver
39 novamente à frente de um exército vitorioso, ele as esquecerá”, teria dito o conde de Lavalette,
40 que tinha sido ministro do imperador por dez anos.

41 Com o objetivo de obter apoio popular e diminuir o número de desempregados em
42 Paris, Napoleão criou um programa de obras públicas que incluía a construção de um novo
43 mercado em Saint Germain, a reforma do Louvre e o reparo de fortificações em Montmartre,
44 Belleville e Mont-Louis, dentre outras. Ao mesmo tempo, o Ministério da Guerra contratou pessoas
45 para reparar vestimentas, ferragens, equipamentos e armas. De repente, 9 mil homens tinham
46 trabalho, comida e esperança.

47 Todavia, em todo o país, a autoridade do novo governo imperial era desafiada ou ignorada.
48 Deputados e funcionários públicos agiam de maneira ultrajante, com total impunidade. O
49 presidente da Câmara de Deputados, por exemplo, conclamava seus eleitores em Bordeaux a não
50 acatar as ordens do governo central, nem pagar impostos aos coletores imperiais, enquanto atos
51 de rebelião cresciam assustadoramente. Os relatórios que chegavam a Carnot, ministro do
52 Interior, diziam que “tudo estava entrando em colapso e se dissolvendo num estado de anarquia”.
53 Nas igrejas, padres pregavam a revolta e a confrontação, enquanto bispos estimulavam a
54 desobediência civil.

55 O país sabia que o imperador precisaria recrutar mais homens, muitos dos quais se
56 juntariam aos estimados 900 mil, com idades entre 23 e 45 anos, que teriam sucumbido em suas
57 batalhas. Cidades industriais e portos, tecelões, construtores navais e pescadores – todos
58 resistiam ao imperador e à sua política militarista. Ao mesmo tempo, Carnot exortava os líderes do
59 comércio, da indústria e da agricultura a melhorar métodos de produção e distribuição, criando
60 ainda um boletim para explicar medidas de apoio à agricultura que, porém, tinha de ser lido pelos
61 líderes das comunidades, já que a maioria dos camponeses era analfabeta.

62 Em 10 de abril, ocorreram os primeiros ataques monarquistas contra quartéis de polícia e
63 alvos civis, em várias cidades, especialmente no oeste do país. Mesmo que a Grã-Bretanha
64 fornecesse armas, munições e suprimentos a essas forças, cujo efetivo variava entre 15 mil e 30
65 mil homens, a maioria portava apenas armas de caça, lanças, porretes e forcados. Em
66 maio, Napoleão enviou o general Lanarque região com um exército de 20 mil homens para
67 evitar uma guerra civil como a de 1793.

68 Embora a França enfrentasse graves ameaças internas, o foco do imperador era preparar o
69 país para enfrentar a _____ europeia. Assim, entre 21 de março e a segunda semana de
70 junho, 95 % das ordens, cartas e decretos endereçados a seus ministros e a outros altos
71 funcionários públicos versavam sobre providências relativas aos preparativos para a guerra que
72 estava a ponto de acontecer. Em abril, Carnot organizaria 2,2 milhões de homens, entre 20 e 60
73 anos, na Guarda Nacional, ampliando-a significativamente. Ao mesmo tempo, fomentava um
74 vigoroso programa de produção de armas e material bélico.

75 Apesar de tudo, inveja e falta de cooperação entre os altos oficiais comprometiam os bem
76 engendrados planos de ação do imperador, dando margem a falhas incompreensíveis. O Duque
77 de Wellington, célebre comandante das forças britânicas, venceria a batalha com a ajuda da
78 cavalaria prussiana, enquanto Napoleão voltaria França, deixando em solo inimigo 25 mil
79 soldados mortos ou seriamente feridos e 9 mil prisioneiros. O _____ de 3 de julho incluiria o
80 pagamento de 700 milhões de francos como reparações de guerra e uma nova ocupação do país
81 pelos Aliados. Para servir de exemplo, altos oficiais e políticos seriam condenados, e um marechal
82 seria executado. Os Bourbons voltariam ao poder. Impedidos de viajar aos Estados Unidos pela
83 Marinha britânica, Napoleão e sua comitiva foram exilados na Ilha de Santa Helena, na costa
84 ocidental da África, onde morreria em maio de 1821.

Adaptado de: CHICONELLI, O. Pouco antes do fim: a última cartada de Napoleão Bonaparte. *Aventuras na História*, jul. 2021.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

10. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas pontilhadas das linhas 15, 18, 66 e 78, nesta ordem.

- (A) à – à – à – a
- (B) a – à – à – à
- (C) à – a – a – à
- (D) a – à – à – a
- (E) à – a – a – a

11. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas tracejadas das linhas 17, 24, 69 e 79, nesta ordem.

- (A) anti-feudalismo – eminente – coalisão – armistício
- (B) antifeudalismo – iminente – coalizão – amistício
- (C) anti-feudalismo – eminente – coalisão – amistício
- (D) anti-feudalismo – iminente – coalizão – armistício
- (E) antifeudalismo – iminente – coalizão – armistício

12. Assinale a única alternativa que encontra suporte no texto.

- (A) Napoleão conseguiu retomar o poder na França porque era idolatrado por membros do governo e por um grupo de monarquistas.
- (B) O imperador francês realizou um conjunto de obras públicas e promoveu a criação de empregos, mas ainda assim o grande estadista enfrentou a rejeição dos militares.
- (C) Napoleão desaveio-se com o alto comando do exército porque os militares não conseguiram convencer a monarquia francesa a enfrentar as quatro potências estrangeiras que ameaçavam o território francês.
- (D) Bonaparte, à vista do perigo de invasão do território francês, empreendeu uma série de modificações na carta magna francesa, a fim de melhorar sua imagem e garantir o apoio da população em mais uma batalha contra as quatro potências estrangeiras inimigas.
- (E) Napoleão, a despeito das reivindicações dos militares por mais verbas para a aquisição de armamento bélico, decidiu aplicar a maior parte da arrecadação de impostos em programas de alfabetização.

13. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas tracejadas do enunciado abaixo, na ordem em que aparecem.

Tendo em vista a formação dos tempos verbais compostos, é correto afirmar que as formas compostas de **aportou** (l. 1) e de **voltara** (l. 2) são, respectivamente, _____ e _____ .

- (A) tem aportado – tinha voltado
- (B) terá aportado – teria voltado
- (C) teria aportado – tiver voltado
- (D) tinha aportado – tenha voltado
- (E) tenha aportado – tivesse voltado

14. Considere as seguintes propostas de substituição de segmentos do texto.

1. Substituir **aonde** (l. 2) por **onde**.
2. Substituir **apenas** (l. 4) por **meramente**.
3. Substituir **onde** (l. 84) por **em que**.

De acordo com a norma culta da língua portuguesa, quais propostas estão corretas?

- (A) Apenas 1.
- (B) Apenas 2.
- (C) Apenas 3.
- (D) Apenas 2 e 3.
- (E) 1, 2 e 3.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

15. Assinale a alternativa em que a segunda palavra constitui um sinônimo adequado da primeira, considerando o contexto em que esta ocorre.

- (A) **fulminante** (l. 8) – **cruciante**
- (B) **anacrônicas** (l. 29) – **atemporais**
- (C) **despótica** (l. 31) – **arrogante**
- (D) **efêmero** (l. 38) – **indelével**
- (E) **vigoroso** (l. 74) – **robusto**

16. Considere as seguintes propostas de substituição de segmentos do texto.

1. Substituir **lhe** (l. 9) por **a ele**.
2. Substituir **melhor** (l. 13) por **mais satisfatoriamente**.
3. Substituir o primeiro **o** da linha 36 por **aquilo**.

Quais propostas estão corretas e mantêm o sentido do texto?

- (A) Apenas 1.
- (B) Apenas 3.
- (C) Apenas 1 e 2.
- (D) Apenas 2 e 3.
- (E) 1, 2 e 3.

17. A coluna da esquerda, abaixo, apresenta o nome de duas funções sintáticas; a da direita, quatro segmentos retirados do texto. Associe corretamente a coluna da direita à da esquerda, considerando a função sintática que cada um dos segmentos destacados desempenha no texto.

- | | |
|------------------------|--|
| 1. adjunto adnominal | () de direitos (l. 17) |
| 2. complemento nominal | () de pais, maridos e filhos (l. 22) |
| | () das quatro potências estrangeiras (l. 25) |
| | () de caça (l. 65) |

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) 2 – 1 – 2 – 1.
- (B) 1 – 2 – 1 – 2.
- (C) 2 – 1 – 2 – 2.
- (D) 1 – 2 – 1 – 1.
- (E) 2 – 2 – 1 – 2.

18. Considere as seguintes propostas de substituição de segmentos do texto.

1. Substituir **professava** (l. 28) por **estava professando**.
2. Substituir **tinha sido** (l. 40) por **fora**.
3. Substituir **foram exilados** (l. 83) por **têm sido exilados**.

Quais propostas estão corretas e mantêm o sentido do texto?

- (A) Apenas 1.
- (B) Apenas 3.
- (C) Apenas 1 e 2.
- (D) Apenas 2 e 3.
- (E) 1, 2 e 3.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

19. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações, referentes ao emprego de sinais de pontuação no texto.

- () A vírgula que ocorre imediatamente após **escasso** (l.31) poderia ser eliminada, sem acarretar erro ou alteração do significado.
- () A vírgula que ocorre imediatamente após **desafio** (l. 31) poderia ser eliminada, sem acarretar erro ou alteração do significado.
- () Sem acarretar erro ou alteração do significado, o ponto final da linha 47 poderia ser substituído por dois-pontos, iniciando-se a oração seguinte com letra minúscula.
- () Sem acarretar erro ou alteração do significado, as vírgulas que isolam o segmento **célebre comandante das forças britânicas** (l. 77) poderiam ser substituídas por travessões.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – V – F – F.
(B) F – F – V – V.
(C) F – V – V – V.
(D) V – V – F – V.
(E) F – F – V – F.

20. Considere as seguintes propostas de substituição de ocorrências da expressão **Ao mesmo tempo** no texto.

1. Substituir **Ao mesmo tempo** (l. 44) por **Inopinadamente**.
2. Substituir **Ao mesmo tempo** (l. 58) por **Simultaneamente**.
3. Substituir **Ao mesmo tempo** (l. 73) por **Concomitantemente**.

Quais propostas estão corretas e mantêm o sentido do texto?

- (A) Apenas 1.
(B) Apenas 2.
(C) Apenas 1 e 2.
(D) Apenas 2 e 3.
(E) 1, 2 e 3.

21. Considere as seguintes propostas de substituição de ocorrências da palavra **enquanto** no texto.

1. Substituir **enquanto** (l. 50) por **ao passo que**.
2. Substituir **enquanto** (l. 53) por **à medida que**.
3. Substituir **enquanto** (l. 78) por **no mesmo momento em que**.

Quais propostas estão corretas e mantêm o sentido do texto?

- (A) Apenas 1.
(B) Apenas 2.
(C) Apenas 1 e 2.
(D) Apenas 2 e 3.
(E) 1, 2 e 3.

22. Considere o seguinte trecho, adaptado do texto.

“Não confio nessas reformas”, declarou o conde de Lavalette.

Qual das alternativas a seguir apresenta uma reformulação correta, e equivalente em termos de significado, do trecho acima?



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- (A) O conde de Lavalette declarou que não confiava naquelas reformas.
- (B) O conde de Lavalette declarou que não confiará nessas reformas.
- (C) O conde de Lavalette declarou que não confiou nestas reformas.
- (D) O conde de Lavalette declarou que não confiara nessas reformas.
- (E) O conde de Lavalette declarou que não confiaria naquelas reformas.

Instrução: As questões **23** a **30** referem-se a diferentes aspectos da norma culta da língua portuguesa.

23. Considere as palavras abaixo.

1. egoista
2. feiura
3. perdoar
4. saída

De acordo com o sistema ortográfico vigente, quais dessas palavras devem receber acento gráfico?

- (A) Apenas 1 e 2.
- (B) Apenas 1 e 4.
- (C) Apenas 2 e 3.
- (D) Apenas 1, 3 e 4.
- (E) 1, 2, 3 e 4.

24. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas tracejadas dos enunciados abaixo, na ordem em que aparecem.

1. _____ alguns minutos para preencher a folha ótica.
2. _____ alguns meses para a realização do concurso.
3. _____ dias frios em outubro, quando o concurso será realizado.
4. _____ aos candidatos duas provas.

- (A) Basta-me – Falta – Farão – Restam
- (B) Bastam-me – Faltam – Fará – Resta
- (C) Basta-me – Falta – Farão – Resta
- (D) Basta-me – Faltam – Fará – Resta
- (E) Bastam-me – Faltam – Fará – Restam

25. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas tracejadas dos enunciados abaixo, na ordem em que aparecem.

1. Dizem que o Promotor de Justiça _____ cuja posse comparecemos é competente.
2. Dizem que o Promotor de Justiça _____ cuja propriedade nos abrigamos é perspicaz.
3. Dizem que o Promotor de Justiça _____ cuja boa índole nos reportamos é diligente.
4. Dizem que o Promotor de Justiça _____ cuja companhia estivemos ontem é brilhante.

- (A) a – em – a – em
- (B) em – por – de – com
- (C) a – por – de – com
- (D) a – em – a – com
- (E) em – por – de – em



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

26. Com base nas funções que a palavra **se** pode exercer na língua portuguesa, analise cada um dos enunciados constantes nas alternativas abaixo e assinale aquele em que **se** é pronome apassivador.

- (A) Apiedou-se do indigente.
- (B) Arrogou-se o direito de furar a fila.
- (C) Assistiu-se a cenas assustadoras.
- (D) Explicou-se o mistério da origem da vida.
- (E) Julgou-se sagaz.

27. Assinale a alternativa **INCORRETA** em relação à conjugação dos verbos a seguir, considerando as pessoas, tempos e modos indicados.

VERBO	1ª. pessoa do singular do presente do indicativo	3ª. pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo
(A) antever	→ antevejo	→ anteviu
(B) deter	→ detenho	→ deteve
(C) nomear	→ nomeio	→ nomeou
(D) prover	→ provenho	→ proveio
(E) sobrestar	→ sobrestou	→ sobresteve

28. Assinale a alternativa que apresenta a correlação correta entre o imperativo afirmativo e o imperativo negativo correspondente, tendo em vista as pessoas do discurso destacadas entre parênteses.

- (A) Faça (tu) isso, agora! → Não faça (tu) isso, agora!
- (B) Leve (tu) isso daqui! → Não levas (tu) isso daqui!
- (C) Sai (você) deste lugar! → Não sai (você) deste lugar!
- (D) Termine (tu) logo isso! → Não termina (tu) logo isso!
- (E) Venha (você) aqui! → Não venha (você) aqui!

29. Considere os enunciados abaixo.

1. Acoimou-lhe por uso indevido de substância ilegal.
2. Certificou-lhe de que a norma disciplinar seria cumprida.
3. Cominou-lhe pena mais rigorosa do que a prevista para o caso.
4. Intimou-lhe a comparecer em juízo.
5. Irrogou-lhe a responsabilidade pelas ofensas proferidas.

De acordo com a norma culta da língua portuguesa, quais estão corretos?

- (A) Apenas 1 e 2.
- (B) Apenas 2 e 4.
- (C) Apenas 3 e 5.
- (D) Apenas 1, 2, 3 e 5.
- (E) 1, 2, 3, 4 e 5.

30. Considere as propostas de reescrita para o seguinte trecho, extraído de um conto de François Voltaire.



Sinto-me às vezes à borda do desespero, quando penso que, após todas as minhas pesquisas, não sei nem de onde venho, nem o que sou, nem para onde vou, nem o que me tornarei.

1. Refletindo depois de todas as minhas pesquisas, eu me sinto, não raro, no limite do desespero: eu não conheço pelo menos o lugar de onde venho, pelo menos aquilo que sou, pelo menos o lugar para onde vou, pelo menos aquilo que serei.
2. Por vezes, sinto-me à beira do desespero, ao pensar que, depois de todas as minhas pesquisas, não sei sequer de onde venho, sequer o que sou, sequer para onde vou, sequer o que virei a ser.
3. Diante de todas as pesquisas que fiz, sinto-me, em algumas ocasiões, na divisa do desespero, quando constato que ainda não sei ao menos de onde venho, ao menos o que sou, ao menos para onde vou, ao menos o que serei.

Quais propostas são gramaticalmente corretas e mantêm o sentido do trecho original?

- (A) Apenas 1.
- (B) Apenas 2.
- (C) Apenas 1 e 2.
- (D) Apenas 2 e 3.
- (E) 1, 2 e 3.

CONHECIMENTO JURÍDICO

31. Em relação à Teoria Geral dos Direitos Fundamentais, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) A doutrina dos deveres estatais de proteção é derivada da dimensão objetiva dos direitos fundamentais, e uma de suas principais consequências jurídicas é a imposição, ao Estado, da obrigação de editar leis que permitam superar um estado de proteção insuficiente de bens constitucionais fundamentais.

(B) Direitos fundamentais submetidos à reserva legal qualificada são aqueles previstos em normas constitucionais que prescrevem expressamente a possibilidade de limitação do conteúdo normativo do direito por meio de lei, porém estatuinto pressupostos ou condições a serem atendidos pelo legislador na lei limitadora.

(C) O conteúdo normativo dos direitos sociais é composto de pretensões a prestações estatais positivas, não lhes correspondendo a função negativa ou de defesa do titular do direito em face da atuação estatal, que é típica dos direitos individuais.

(D) No direito constitucional brasileiro, os direitos fundamentais sociais podem receber tutela jurisdicional individual e coletiva, sendo as sentenças estruturantes de políticas públicas uma modalidade apropriada de proteção judicial coletiva desses direitos.

(E) A cláusula de abertura do sistema de direitos fundamentais da Constituição Federal, prevista no artigo 5º, § 2º, incorporou o conceito material de direitos fundamentais, permitindo a dedução hermenêutica de direitos fundamentais a partir de normas que estejam dispersas no texto constitucional.

32. Em relação à jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal sobre direitos fundamentais, assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações.

() É inconstitucional o ensino religioso confessional como disciplina facultativa nos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, podendo ser ministrado o ensino religioso de natureza não confessional, estando vedada a admissão de professores representantes das confissões religiosas.

() É inconstitucional ato do Estado que impede o provimento de cargo, emprego ou função pública de qualquer pessoa pelo fato de seu corpo conter tatuagem, ou que exija que a tatuagem do candidato tenha determinado tamanho e padrão estético, permitida a restrição a candidatos



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

portadores de tatuagens incompatíveis com a dignidade humana, o desempenho da função pública e que representem incitação à violência iminente, ameaças reais ou obscenidades.

() É constitucional disposição legal que veda às emissoras de rádio e televisão utilizar trucagem, montagem ou outro recurso de áudio e vídeo que degrade candidato, partido político ou coligação no período pré-eleitoral, já que se trata de norma que protege o direito fundamental à imagem dos participantes do processo eleitoral.

() O transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, não se exigindo, para tanto, nada além da manifestação de vontade do indivíduo, o qual poderá exercer tal faculdade tanto pela via judicial como diretamente pela via administrativa, não podendo constar na respectiva certidão do registro qualquer observação sobre a origem do ato.

() Preenchidos os requisitos previstos no artigo 183 da Constituição Federal, o reconhecimento do direito à aquisição da propriedade por meio da usucapião especial urbana constitucional não pode ser restringido por lei municipal que estabeleça módulo urbano superior a 250 metros quadrados.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – F – F – V – F.
- (B) F – V – F – V – V.
- (C) F – V – V – F – F.
- (D) V – F – V – F – V.
- (E) V – V – V – F – V.

33. Ainda em relação à jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal sobre direitos fundamentais, assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações.

() O Estado não pode ser obrigado a fornecer medicamentos experimentais, e, como regra geral, a ausência de registro na ANVISA impede o fornecimento de medicamento por decisão judicial.

() É excepcionalmente possível a concessão judicial de medicamento sem registro sanitário em caso de mora irrazoável da ANVISA na análise do pedido de registro, desde que exista pedido de registro do medicamento no Brasil, registro do medicamento em renomadas agências de regulação no exterior e inexistência de substituto terapêutico no Brasil.

() Ações judiciais que requerem o fornecimento de medicamento sem registro na ANVISA submetem-se ao regime de responsabilidade solidária dos entes da Federação, não havendo obrigatoriedade de ajuizamento da demanda contra a União.

() É inconstitucional ato normativo que, no âmbito do Sistema Único de Saúde, veda a internação em acomodações superiores e o atendimento diferenciado por médico do próprio Sistema Único de Saúde, mediante o pagamento da diferença dos valores correspondentes.

() O benefício assistencial previsto no artigo 203, V, da Constituição Federal é devido aos estrangeiros residentes no país que sejam idosos ou portadores de deficiência e comprovem não ser capazes de prover sua subsistência ou tê-la provida pela sua família.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) F – F – V – V – F.
- (B) F – V – F – V – F.
- (C) V – F – V – F – F.
- (D) V – V – F – F – V.
- (E) F – F – V – F – V.



34. No que concerne ao Estatuto Constitucional dos Parlamentares, assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações.

() Deputados Federais e Senadores detêm foro por prerrogativa de função perante o Supremo Tribunal Federal por crimes praticados no exercício do mandato e em razão das funções a ele relacionadas, perdendo o foro especial quando deixarem o cargo, independentemente do momento de tramitação do processo.

() Não perde o mandato o Deputado Federal ou Senador que for investido no cargo de Ministro de Estado, Secretário de Estado, Secretário Municipal e chefe de missão diplomática permanente.

() É extensível aos Deputados Estaduais a imunidade formal, prevista na Constituição Federal para Deputados Federais e Senadores, segundo a qual o decreto judicial de prisão cautelar deve ser submetido à respectiva casa parlamentar para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.

() A perda do mandato do Deputado Federal ou do Senador que tiver o mandato cassado por decisão da Justiça Eleitoral é vinculada e automática, devendo ser declarada pela Mesa da respectiva casa parlamentar, independentemente de deliberação do plenário.

() A perda do mandato do Deputado Federal ou do Senador condenado criminalmente a cumprir pena restritiva de direitos não é automática, devendo ser decidida pela maioria absoluta da respectiva casa parlamentar.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

(A) V – F – F – V – V.

(B) F – F – V – F – F.

(C) F – F – V – V – V.

(D) V – V – V – F – F.

(E) V – V – F – V – V.

35. Assinale a assertiva **INCORRETA**.

(A) Em conformidade com a teoria dos diálogos interinstitucionais, o Supremo Tribunal Federal entende que não é inconstitucional emenda constitucional editada pelo Congresso Nacional que supera decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal em ação do controle concentrado de constitucionalidade, desde que não viole cláusulas pétreas.

(B) É formalmente inconstitucional emenda constitucional editada em processo legislativo no qual qualquer uma das casas do Congresso Nacional deixa de respeitar um interstício mínimo de tempo entre os turnos de votação e vota os dois turnos em um mesmo dia.

(C) É inconstitucional, por violação ao princípio democrático e ao devido processo legislativo, a inserção de emenda parlamentar no processo legislativo de conversão de medida provisória em lei tratando de matérias com conteúdo temático diverso do objeto originário da medida provisória.

(D) É inconstitucional medida provisória ou lei decorrente da conversão de medida provisória, cujo conteúdo normativo caracterize a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória anterior rejeitada, de eficácia exaurida por decurso do prazo ou que ainda não tenha sido apreciada pelo Congresso Nacional dentro do prazo estabelecido pela Constituição Federal.

(E) O Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público não dispõem de competência para realizar controle de constitucionalidade de lei quando no exercício da fiscalização da legalidade de atos administrativos, respectivamente, dos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público.

36. Em relação ao controle judicial de constitucionalidade de normas, assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- () A interpretação conforme a constituição é técnica de decisão exclusiva do controle concentrado de constitucionalidade, por meio da qual se declara que a norma impugnada só é constitucional nos termos da interpretação que a Corte entende compatível com a Constituição Federal, sendo consideradas inconstitucionais as demais interpretações.
- () A inconstitucionalidade por arrastamento ocorre quando a declaração de inconstitucionalidade de uma norma impugnada se estende aos dispositivos normativos que apresentam com ela uma relação de conexão ou de interdependência.
- () As sentenças aditivas consistem nas decisões de acolhimento da arguição de inconstitucionalidade que não se limitam a declarar a inconstitucionalidade parcial de uma disposição normativa, mas que também reparam imediatamente a lacuna através da identificação de uma norma aplicável à hipótese da omissão legislativa inconstitucional.
- () Não se admite o exercício do controle incidental de constitucionalidade de lei federal por meio de ação civil pública, dado que a eficácia *erga omnes* da respectiva sentença provocaria a usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal pelo juiz da causa.
- () A mora legislativa que configura inconstitucionalidade por omissão resta superada com a apresentação do projeto de lei e início da tramitação do processo legislativo, não havendo omissão inconstitucional se o projeto de lei pende de deliberação e aprovação na casa legislativa.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) F – V – V – F – F.
(B) V – F – V – F – F.
(C) F – F – V – V – V.
(D) V – F – F – V – F.
(E) F – V – F – F – V.

37. Assinale a assertiva **INCORRETA**.

- (A) A legitimação de posse é instrumento de regularização fundiária por meio do qual o poder público confere título a ocupante de imóvel urbano particular, reconhecendo a posse do imóvel objeto da Reurb, sendo o respectivo título conversível em direito real de propriedade após cinco anos de seu registro.
- (B) A legitimação fundiária é instrumento de regularização fundiária por meio do qual o poder público outorga a ocupante de núcleo urbano informal consolidado o direito real de propriedade sobre área pública ou privada.
- (C) Constituem forma originária de aquisição do direito real de propriedade tanto a legitimação fundiária quanto a conversão da legitimação de posse em propriedade, de modo que o beneficiário recebe o bem livre de ônus, direitos reais e gravames existentes sobre a matrícula de origem.
- (D) A permanência dos ocupantes nos núcleos urbanos informais regularizados é uma prioridade legal, razão pela qual os Municípios poderão dispensar as exigências relativas ao percentual e às dimensões de áreas destinadas ao uso público ou ao tamanho dos lotes regularizados, assim como a outros parâmetros urbanísticos e edífícios.
- (E) Fica sujeito à arrecadação pelo Município, na condição de bem vago, o imóvel urbano privado abandonado cujo proprietário não possua a intenção de conservá-lo em seu patrimônio, sendo essa intenção presumida quando, cessados os atos de posse, deixar o proprietário de adimplir os ônus fiscais incidentes sobre a propriedade predial e territorial urbana pelo prazo de três anos.

38. Assinale a assertiva correta.

- (A) O IPTU progressivo no tempo é medida urbanística aplicável a proprietário de imóvel urbano não edificado, não utilizado ou subutilizado que não cumpre a determinação de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios emitida pelo Poder Público, sendo de 25% a alíquota máxima do tributo.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

(B) A elaboração do estudo de impacto de vizinhança, na medida em que inclui a análise dos efeitos negativos e positivos do empreendimento sobre a paisagem urbana e o patrimônio natural e cultural, substitui a elaboração do estudo de impacto ambiental.

(C) A elaboração do plano diretor exige a realização de audiências públicas e debates com a população e associações representativas da comunidade apenas na fase de elaboração do plano diretor por parte do Poder Executivo, sendo dispensada a participação popular na apreciação do plano no âmbito do Poder Legislativo.

(D) O proprietário de imóvel urbano, público ou privado, necessário para fins de preservação pelo seu interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural detém a faculdade de transferir para outro local, ou alienar, o seu direito de construir, desde que haja prévia autorização em lei municipal.

(E) O direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, e seu exercício independe de previsão em lei municipal.

39. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações.

O objetivo básico das Unidades de Conservação de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, ao passo que o objetivo básico das Unidades de Conservação de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Os Parques Nacionais são Unidades de Conservação de Proteção Integral, de posse e domínio público, que permitem a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

A Área de Proteção Ambiental é Unidade de Conservação de Uso Sustentável situada exclusivamente em área pública, que permite certo grau de ocupação humana e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

A Reserva Particular do Patrimônio Natural é Unidade de Conservação de Uso Sustentável situada em área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica, na qual só poderá ser permitida a pesquisa científica e a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais.

As áreas de Reserva Legal são Unidades de Conservação de Uso Sustentável localizadas no interior de uma propriedade ou posse rural, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A)** V – V – F – V – F.
- (B)** V – V – V – F – F.
- (C)** F – F – V – V – V.
- (D)** F – V – F – F – V.
- (E)** F – F – V – V – F.

40. Assinale a assertiva **INCORRETA**.

(A) Para os imóveis rurais que possuam áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente no entorno de lagos e lagoas naturais, será admitida a manutenção de atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo ou de turismo rural, sendo obrigatória a recomposição de faixa marginal, de acordo com as metragens definidas em lei.

(B) A lei admite a regularização fundiária de interesse social dos núcleos urbanos informais que ocupam Áreas de Preservação Permanente, desde que haja aprovação do projeto de regularização fundiária, que deverá incluir estudo técnico que demonstre a melhoria das condições ambientais em relação à situação anterior com a adoção das medidas nele preconizadas.



- (C) Configuram Área de Preservação Permanente as áreas no entorno das nascentes e olhos d'água perenes, em um raio de, no mínimo, cinquenta metros, não sendo consideradas Área de Preservação Permanente aquelas situadas no entorno de nascentes e olhos d'água intermitentes.
- (D) Configuram Área de Preservação Permanente as áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais, na faixa definida na licença ambiental do empreendimento.
- (E) É admitido o cômputo das Áreas de Preservação Permanente no cálculo do percentual da Reserva Legal do imóvel, desde que não implique a conversão de novas áreas para o uso alternativo do solo, a área a ser computada esteja conservada ou em processo de recuperação e o proprietário ou possuidor tenha requerido inclusão do imóvel no Cadastro Ambiental Rural.

41. Assinale a alternativa correta sobre os princípios da Administração Pública.

- (A) Os cinco princípios constitucionais explícitos arrolados no art. 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988 estão previstos desde a promulgação da carta constitucional e exigem juízo de ponderação para sua aplicação aos casos concretos.
- (B) Os princípios constitucionais explícitos arrolados no art. 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988 são de aplicação obrigatória para a administração pública direta, não se aplicando à administração pública indireta.
- (C) Os princípios administrativos da finalidade e do interesse público são de fonte doutrinária e jurisprudencial, não estando previstos explicitamente no texto da Constituição Federal de 1988 ou em texto de legislação ordinária federal.
- (D) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- (E) Os princípios constitucionais da legalidade, da imperatividade, da moralidade, da publicidade e da eficiência estão explicitamente previstos no texto da Constituição Federal de 1988.

42. Nos termos das disposições da Lei Federal nº 12.527/11, que regula o acesso a informações, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Aplicam-se as disposições da Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.
- (B) O acesso à informação de que trata a Lei compreende, entre outros, o direito de obter informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por órgãos ou entidades do poder público, desde que recolhidos a arquivos públicos.
- (C) É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.
- (D) É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.
- (E) Constitui conduta ilícita que enseja responsabilidade do agente público ou militar recusar-se a fornecer informação requerida nos termos da Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa.

43. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações sobre o sistema remuneratório dos servidores públicos, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988.

- () O subsídio dos Ministros dos Tribunais Superiores corresponderá a noventa e cinco por cento do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal e os subsídios dos demais magistrados serão fixados em lei e escalonados, em nível federal e estadual,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

conforme as respectivas categorias da estrutura judiciária nacional, não podendo a diferença entre uma e outra ser superior a dez por cento ou inferior a cinco por cento, nem exceder a noventa e cinco por cento do subsídio mensal dos Ministros dos Tribunais Superiores.

() A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará os requisitos para a investidura, a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira, sendo irrelevantes as peculiaridades dos cargos.

() Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal de 1988, que trata do teto remuneratório.

() Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – F – F – F.
- (B) V – V – F – V.
- (C) V – F – V – V.
- (D) F – V – F – V.
- (E) F – V – V – F.

44. Em relação ao tema do controle da administração pública, considere as seguintes afirmações.

I - Nos termos da Constituição Federal de 1988, o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete, dentre outras atividades, assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.

II - Nos termos da Lei Federal nº 8.429/92, reputa-se agente público, para os efeitos da Lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo 1º da referida Lei.

III - Segundo consolidada jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

IV - Conforme inovação trazida pela Lei Federal nº 13.655/18, nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.

Quais afirmações estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

45. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações sobre o Sistema Tributário Nacional.

() As taxas excepcionalmente poderão ter base de cálculo integralmente própria de determinado imposto.

() As contribuições de melhoria poderão ser instituídas pela União, pelos Estados e pelo Distrito Federal, sendo vedada sua instituição pelos Municípios.

() Cabe a Lei Complementar dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

() A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – F – F – F.
- (B) V – F – F – V.
- (C) F – V – V – F.
- (D) F – V – F – V.
- (E) F – F – V – V.

46. Assinale a alternativa **INCORRETA** referente à competência tributária estabelecida na Constituição Federal de 1988.

- (A) Compete à União instituir impostos sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
- (B) Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos, que terão suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.
- (C) Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, desde que as operações e as prestações não se iniciem no exterior.
- (D) Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre a propriedade de veículos automotores, que poderão ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização.
- (E) Compete aos Municípios instituir impostos sobre transmissão “*inter vivos*”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

47. Considere o enunciado abaixo e as quatro propostas para completá-lo.

Nos termos do que está previsto na Constituição Federal de 1988, compete aos Municípios:

1. suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.
2. organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.
3. promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.
4. estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa.

Quais propostas estão corretas?

- (A) Apenas 1.
- (B) Apenas 2.
- (C) Apenas 3 e 4.
- (D) Apenas 1, 2 e 3.
- (E) 1, 2, 3 e 4.

48. Considere o enunciado abaixo e as quatro propostas para completá-lo.

O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

1. posse do Prefeito e do Vice-Prefeito no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição.
2. composição das Câmaras Municipais com limites máximos que variam entre 9 e 55 vereadores, em proporção escalonada conforme o número de eleitores.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

3. subsídio dos Vereadores fixado pelas respectivas Câmaras Municipais no primeiro ano da respectiva legislatura, observado o que dispõe a Constituição Federal, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os limites máximos conforme o número de habitantes.
4. total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de dez por cento da receita do Município.

Quais propostas estão corretas?

- (A) Apenas 1.
- (B) Apenas 2.
- (C) Apenas 1 e 2.
- (D) Apenas 3 e 4.
- (E) 1, 2, 3 e 4.

49. No que respeita às finanças públicas, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988 quanto aos orçamentos, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
- (B) A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- (C) A lei de diretrizes orçamentárias estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- (D) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- (E) Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição Federal serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

50. Assinale a alternativa correta acerca do Conselho Nacional do Ministério Público, criado pela Emenda Constitucional nº 45 de 2004.

- (A) Ao Conselho compete rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares, julgados há mais de um ano, de membros do Ministério Público da União ou dos Estados.
- (B) São órgãos do Conselho Nacional do Ministério Público, o Plenário, a Presidência, a Corregedoria Nacional, o Conselho Superior, as Comissões e a Ouvidoria Nacional.
- (C) O Conselho poderá criar comissões permanentes ou temporárias, compostas por seus membros, para o estudo de temas e de atividades específicas, relacionadas às suas áreas de atuação. Dentre as comissões permanentes, estão a Comissão da Infância e Juventude, Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Enfrentamento à Violência de Gênero.
- (D) O Conselho escolherá, em votação secreta, por maioria absoluta, um Corregedor Nacional, dentre os membros do Ministério Público que o integram, para um mandato de dois anos, vedada a recondução e assegurado o direito a voto em todos os feitos, inclusive nos processos administrativos disciplinares. Sua posse ocorrerá imediatamente após a proclamação do resultado e exercerá suas funções em regime de dedicação exclusiva. Contudo, seu mandato expirará juntamente com seu mandato de conselheiro.
- (E) O Conselho será composto por 14 membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria simples do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução. São eles: o Procurador-Geral da República, quatro membros do Ministério Público da União, três membros do Ministério Público dos Estados, dois juízes (um indicado pelo Supremo Tribunal Federal e o outro indicado pelo Superior Tribunal de Justiça), dois advogados indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, e dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada (um indicado pela Câmara dos Deputados e o outro indicado pelo Senado Federal).



51. O artigo 111 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul estabelece hipóteses específicas de funções do Ministério Público. Dentre elas, **NÃO** encontra previsão no referido dispositivo legal

- (A) exercer o controle externo da atividade policial.
- (B) exercer a fiscalização dos estabelecimentos que abrigam idosos, inválidos, menores, incapazes e pessoas portadoras de deficiências, supervisionando-lhes a assistência.
- (C) zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia.
- (D) exercer o controle externo das atividades desenvolvidas nos estabelecimentos prisionais.
- (E) receber petições, reclamações e representações de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados na Constituição Federal, na Constituição Estadual e nas Leis.

52. Assinale a alternativa **INCORRETA** a respeito das gratificações, conforme a Lei Estadual nº 6.536/73.

- (A) Na Procuradoria-Geral de Justiça, terão direito à gratificação de direção o Procurador-Geral de Justiça, o Corregedor-Geral do Ministério Público, o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, o Subprocurador-Geral de Justiça de Gestão Estratégica e o Subcorregedor-Geral do Ministério Público.
- (B) É assegurada aos membros do Ministério Público a percepção de gratificações especiais pelo exercício das funções de Chefe de Gabinete, Promotor-Assessor, Promotor-Corregedor e Coordenador de Centro de Apoio Operacional, entre outras.
- (C) Anualmente, o Conselho Superior fixará para o ano seguinte, a relação das Promotorias de difícil provimento, estabelecendo o montante da gratificação até o máximo de vinte por cento dos vencimentos do cargo de Promotor de Justiça da respectiva entrância.
- (D) O membro do Ministério Público, no exercício da função de Diretor de Promotoria de Justiça, perceberá a gratificação correspondente a 4% (quatro por cento) de seu subsídio, por efetivo desempenho, quando houver 9 (nove) ou mais cargos de Promotor de Justiça.
- (E) Na fixação das Promotorias de difícil provimento serão levados em consideração, além de outros fatores, a existência, na comarca, de residência oficial ou institucional para o Promotor de Justiça e seus dependentes.

53. Acerca da disciplina do negócio jurídico consoante as regras do Código Civil, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido que for mais benéfico à parte que não redigiu o dispositivo, se identificável.
- (B) O silêncio apenas importará em anuência quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem e não for necessária a declaração de vontade expressa.
- (C) A manifestação de vontade não subsistirá nos casos em que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, com o conhecimento do destinatário.
- (D) Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.
- (E) As partes não poderão pactuar regras de interpretação e de preenchimento de lacuna distintas daquelas previstas em lei.



54. Determinada fabricante de erva-mate vende a lojista de grande porte uma tonelada do produto, sem que as partes tenham especificado no contrato qual qualidade específica de erva-mate deverá ser entregue. Com base nesses dados, assinale a alternativa que apresenta a solução jurídica legalmente estabelecida para a situação exposta.

- (A) A escolha da erva-mate específica caberá ao credor, que poderá optar pela de melhor qualidade.
- (B) A escolha da erva-mate específica caberá ao devedor, que poderá prestar a de pior qualidade.
- (C) A escolha da erva-mate específica caberá ao credor, mas este não poderá optar pela de melhor qualidade, nem será obrigado a aceitar a de pior qualidade.
- (D) A escolha da erva-mate específica caberá ao devedor, mas este não poderá dar a de pior qualidade, nem será obrigado a prestar a de melhor qualidade.
- (E) A escolha da erva-mate específica deverá ser arbitrada por terceiro.

55. No contexto de contrato de compra e venda de automóvel, José confere mandato a Pedro contendo a cláusula “em causa própria”. Acerca dos efeitos jurídicos da outorga deste mandato, assinale a alternativa que está de acordo com o Código Civil.

- (A) Eventual revogação do mandato será inválida.
- (B) Eventual revogação do mandato será ineficaz.
- (C) Pedro não estará dispensado de prestar contas a José.
- (D) Pedro estará dispensado de prestar contas a José, mas o mandato se extinguirá se uma das partes vier a falecer.
- (E) Eventual revogação do mandato será eficaz, desde que Pedro seja comunicado com antecedência razoável em face das circunstâncias do negócio.

56. No que toca ao regime legal da multipropriedade, é correto afirmar que

- (A) a multipropriedade se extinguirá automaticamente se todas as frações de tempo se consolidarem no mesmo proprietário.
- (B) a transferência do direito de multipropriedade e a sua eficácia perante terceiros, de acordo com a regra geral, não dependerão da anuência ou da cientificação dos demais multiproprietários.
- (C) o multiproprietário poderá alterar o mobiliário e os equipamentos do imóvel.
- (D) o imóvel objeto da multipropriedade é indivisível, não se sujeita à ação de divisão, mas é compatível com a ação de extinção de condomínio.
- (E) cada fração de tempo será de, no mínimo, sete dias e poderá ser dividida.

57. Sobre a filiação e o reconhecimento dos filhos, assinale a alternativa correta.

- (A) O filho maior poderá ser reconhecido sem o seu consentimento, e o menor pode impugnar o reconhecimento, nos quatro anos que se seguirem à maioridade, ou à emancipação.
- (B) Quando feito em testamento, o reconhecimento de filho poderá ser revogado.
- (C) Presumem-se concebidos no casamento os filhos havidos, a qualquer tempo, quando se tratar de embriões excedentários, decorrentes de concepção artificial homóloga.
- (D) A confissão materna de per si é suficiente para excluir a paternidade.
- (E) Mesmo que haja justo interesse, não poderá qualquer pessoa contestar a ação de investigação de paternidade ou de maternidade.



58. Sobre o direito das sucessões, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) O Ministério Público tem legitimidade para demandar a exclusão do herdeiro ou legatário que houver sido autor, coautor, ou partícipe do homicídio doloso ou de tentativa deste, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, ou contra seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente.

(B) Observados os requisitos legais, é possível a estipulação de cláusula testamentária que preveja substituto ao fideicomissário para o caso deste vir a falecer antes do fiduciário.

(C) O testamento será rompido no caso de o testador ignorar a existência de outros herdeiros necessários, mas não o se romperá se o testador dispuser da sua metade, não contemplando os herdeiros necessários de cuja existência saiba, ou quando os exclua dessa parte.

(D) Na linha transversal, somente se dá o direito de representação em favor dos filhos de irmãos do falecido, quando com irmãos deste concorrerem.

(E) Será válida a disposição testamentária que deixa a arbítrio de terceiro a fixação do valor do legado.

59. Sobre a recuperação judicial, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) Ainda que não vencidos, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido.

(B) Durante o procedimento de recuperação judicial, o devedor ou seus administradores serão, como regra geral, mantidos na condução da atividade empresarial, sob fiscalização do Comitê de Credores, se houver, e do administrador judicial.

(C) O plano de recuperação judicial implica novação dos créditos anteriores ao pedido e obriga o devedor e todos os credores a ele sujeitos, sem prejuízo das garantias concedidas.

(D) O plano de recuperação judicial será aprovado ou reprovado, mas não poderá sofrer alterações na assembleia-geral.

(E) O juiz decretará a falência do devedor durante o processo de recuperação judicial por descumprimento de qualquer obrigação assumida no plano de recuperação, observada a forma prevista em lei.

60. Assinale a alternativa que **NÃO** está de acordo com o previsto na Lei nº 6.015/1973.

(A) A cremação de cadáver somente será feita daquele que houver manifestado por escrito a vontade de ser incinerado ou no interesse da saúde pública e se o atestado de óbito houver sido firmado por 2 (dois) médicos ou por 1 (um) médico legista e, no caso de morte violenta, depois de autorizada pela autoridade judiciária.

(B) O enteado ou a enteada, havendo motivo ponderável e na forma prevista em lei, poderá requerer ao juiz competente que, no registro de nascimento, seja averbado o nome de família de seu padrasto ou de sua madrasta, desde que haja expressa concordância destes, sem prejuízo de seus apelidos de família.

(C) A naturalidade poderá ser do município em que ocorreu o nascimento ou do município de residência da mãe do registrando na data do nascimento, desde que localizado em território nacional, e a opção caberá ao declarante no ato de registro do nascimento.

(D) Quando o imóvel se destinar ao regime da multipropriedade, além da matrícula do imóvel, haverá uma matrícula para cada fração de tempo, na qual se registrarão e averbarão os atos referentes à respectiva fração de tempo, observado ainda o disposto na legislação tributária municipal.

(E) Serão inscritas no Registro Civil das Pessoas Jurídicas as sociedades civis que revestirem as formas estabelecidas nas leis comerciais, salvo as anônimas.



61. Acerca da disciplina da responsabilidade pelo fato do produto e pelo vício do produto consoante as regras do Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) Informações insuficientes ou inadequadas sobre a utilização ou riscos de produtos poderão fundamentar ação de reparação de danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de fabricação.

(B) O fornecedor terá o prazo máximo de trinta dias para sanar eventual vício do produto, e, em não sendo o vício sanado, poderá o consumidor exigir, alternativamente, a substituição do produto por outro de mesma espécie, em perfeitas condições de uso, a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos, ou o abatimento proporcional do preço.

(C) De acordo com a regra geral, o comerciante será responsabilizado pelo vício do produto de forma subsidiária, como na hipótese de que o produto tenha sido fornecido sem identificação clara do seu fabricante, produtor, construtor ou importador.

(D) O fornecedor imediato será responsável pelo vício de quantidade quando fizer a pesagem ou a medição e o instrumento utilizado não estiver aferido segundo padrões oficiais.

(E) A época em que foi colocado em circulação é circunstância a ser valorada para aferir a ocorrência de defeito do produto.

62. Assinale a alternativa que está de acordo com Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).

(A) Os dados anonimizados não serão considerados dados pessoais para os fins desta Lei, salvo quando o processo de anonimização ao qual foram submetidos for revertido, utilizando exclusivamente meios próprios, ou quando, com esforços razoáveis, puder ser revertido.

(B) A revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem os interesses do titular dos dados deverá ser realizada por pessoa natural.

(C) A Lei se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivos de segurança pública.

(D) No tratamento de dados de crianças e adolescentes, os controladores deverão manter em sigilo a informação sobre os tipos de dados coletados, a forma de sua utilização e os procedimentos para o exercício dos direitos do titular dos dados pessoais.

(E) A Lei não contempla a hipótese de sanção consistente na proibição parcial ou total do exercício das atividades dos agentes de tratamento de dados.

63. Com base na legislação processual civil, assinale a alternativa correta.

(A) Cabe auxílio direto quando a medida decorrer diretamente de decisão de autoridade jurisdicional estrangeira a ser submetida a juízo de delibação no Brasil.

(B) Além dos casos previstos em tratados de que o Brasil faz parte, o auxílio direto terá vários objetos, entre eles, a colheita de provas, salvo se a medida for adotada em processo, em curso no estrangeiro, de competência concorrente de autoridade judiciária brasileira.

(C) No caso de auxílio direto para a prática de atos que, segundo a lei brasileira, não necessitem de prestação jurisdicional, a autoridade central adotará as providências necessárias para seu cumprimento.

(D) Recebido o pedido de auxílio direto ativo, a autoridade central o encaminhará à Advocacia-Geral da União, que requererá em juízo a medida solicitada.

(E) O Ministério Público requererá em juízo a medida solicitada quando não for autoridade central.



64. Em consonância com a legislação processual civil, assinale a alternativa correta.

(A) Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo, entre outras causas, quando receber presentes de pessoas que tiverem interesse na causa antes ou depois de iniciado o processo, que aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa ou que subministrar meios para atender às despesas do litígio.

(B) Haverá impedimento do juiz, entre outras causas, quando figurar como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, salvo se patrocinado por advogado de outro escritório.

(C) Haverá suspeição do juiz, entre outras causas, quando figurar como parte instituição de ensino com a qual tenha relação de emprego ou decorrente de contrato de prestação de serviços.

(D) Se reconhecer o impedimento ou a suspeição ao receber a petição, o juiz ordenará imediatamente a remessa dos autos ao tribunal, caso contrário, determinará a autuação em apartado da petição e, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentará suas razões, acompanhadas de documentos e de rol de testemunhas, se houver, ordenando a remessa do incidente ao tribunal.

(E) Será ilegítima a alegação de suspeição quando a parte que a alega houver praticado ato que signifique manifesta aceitação do arguido.

65. Tendo como base a legislação processual civil, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) As empresas públicas e privadas não são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio.

(B) Na ação de usucapião de imóvel, os confinantes serão citados pessoalmente, exceto quando tiver por objeto unidade autônoma de prédio em condomínio, caso em que tal citação é dispensada.

(C) Sendo o citando pessoa jurídica, será válida a entrega do mandado a pessoa com poderes de gerência geral ou de administração ou, ainda, a funcionário responsável pelo recebimento de correspondências.

(D) Nos condomínios edifícios ou nos loteamentos com controle de acesso, será válida a entrega do mandado a funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondência, que, entretanto, poderá recusar o recebimento, se declarar, por escrito, sob as penas da lei, que o destinatário da correspondência está ausente.

(E) O réu será considerado em local ignorado ou incerto se infrutíferas as tentativas de sua localização, inclusive mediante requisição pelo juízo de informações sobre seu endereço nos cadastros de órgãos públicos ou de concessionárias de serviços públicos.

66. Considerando a legislação processual civil, assinale a alternativa correta.

(A) Considera-se terceiro, para ajuizamento dos embargos, quem sofre constrição judicial de seus bens por força de desconsideração da personalidade jurídica, de cujo incidente fez parte.

(B) Os embargos de terceiro podem ser opostos a qualquer tempo no processo de conhecimento enquanto não transitada em julgado a sentença e, no cumprimento de sentença ou no processo de execução, até 10 (dez) dias depois da adjudicação, da alienação por iniciativa particular ou da arrematação, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta.

(C) Nos casos de ato de constrição realizado por carta, os embargos de terceiro serão oferecidos no juízo deprecado, mesmo que indicado pelo juízo deprecante o bem constrito, exceto se já devolvida a carta.

(D) Considera-se terceiro, para ajuizamento dos embargos, o credor com garantia real para obstar expropriação judicial do objeto de direito real de garantia, caso não tenha sido intimado, nos termos legais dos atos expropriatórios respectivos.

(E) Contra os embargos do credor com garantia real, o embargado somente poderá alegar que o devedor comum é insolvente, o título é nulo, ou obriga a terceiro, e outra é a coisa dada em garantia.



67. No que diz respeito à legislação processual civil, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A alienação será formalizada por termo nos autos, com a assinatura do juiz, do exequente, do adquirente e, se estiver presente, do executado.
- (B) O executado será intimado pessoalmente da alienação judicial, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência.
- (C) Considera-se vil o preço inferior ao mínimo estipulado pelo juiz e constante do edital, e, não tendo sido fixado preço mínimo, considera-se vil o preço inferior a cinquenta por cento do valor da avaliação.
- (D) Se o leilão for de diversos bens e houver mais de um lançador, terá preferência aquele que se propuser a arrematá-los todos, em conjunto, oferecendo, para os bens que não tiverem lance, preço igual ao da avaliação e, para os demais, preço igual ao do maior lance que, na tentativa de arrematação individualizada, tenha sido oferecido para eles.
- (E) A alienação por partes deverá ser requerida a tempo de permitir a avaliação das glebas destacadas e sua inclusão no edital, e, nesse caso, caberá ao executado instruir o requerimento com planta e memorial descritivo subscritos por profissional habilitado.

68. Considere as seguintes afirmações, com base na legislação processual civil.

I - Na execução por carta, os embargos serão oferecidos no juízo deprecante ou no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é do juízo deprecante, salvo se versarem unicamente sobre vícios ou defeitos da penhora, da avaliação ou da alienação dos bens efetuadas no juízo deprecado.

II - Quando houver mais de um executado, o prazo para cada um deles embargar conta-se a partir da juntada do último comprovante da citação, salvo no caso de cônjuges ou de companheiros, quando será contado a partir da juntada do respectivo.

III - Nas execuções por carta, o prazo para embargos será contado da juntada, na carta, da certificação da citação, quando versarem unicamente sobre vícios ou defeitos da penhora, da avaliação ou da alienação dos bens.

IV - Nos embargos à execução, o executado poderá alegar, entre outras causas, retenção por benfeitorias necessárias, úteis ou voluptuárias, nos casos de execução para entrega de coisa certa.

Quais afirmações estão corretas?

- (A) Apenas II e IV.
- (B) Apenas I, II e III.
- (C) Apenas I e IV.
- (D) Apenas II, III e IV.
- (E) Apenas I e III.

69. De acordo com a legislação processual civil, assinale a alternativa correta.

(A) Se a constatação da questão apreciável de ofício se der em vista dos autos, deverá o juiz que a solicitou intimar as partes para que se manifestem no prazo de 5 (cinco) dias e, em seguida, solicitará a inclusão do feito em pauta para prosseguimento do julgamento, com submissão integral da nova questão aos julgadores.

(B) Às partes não será permitida vista dos autos em cartório após a publicação da pauta de julgamento.

(C) Incumbe ao relator depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária, entre outras hipóteses, a súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal.

(D) Nos recursos de apelação, agravo de instrumento, recurso especial e recurso extraordinário, caberá sustentação oral no agravo interno interposto contra decisão de relator que o extinga.

(E) O relator ou outro juiz que não se considerar habilitado a proferir imediatamente seu voto poderá solicitar vista pelo prazo máximo de 10 (dez) dias, podendo ser prorrogado por igual período, após o qual o recurso será incluído em nova publicação de pauta.



70. Considere as seguintes afirmações, com base na legislação processual civil.

I - É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar, mediar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.

II - Nos Juizados Especiais da Fazenda Pública, para efetuar o exame técnico necessário à conciliação ou ao julgamento da causa, o juiz nomeará pessoa habilitada, que apresentará o laudo até 5 (cinco) dias antes da audiência.

III - Nos Juizados Especiais da Fazenda Pública, se o valor da execução ultrapassar o estabelecido para pagamento independentemente do precatório, o pagamento far-se-á, sempre, por meio do precatório, sendo facultada à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório.

IV - Nos Juizados Especiais da Fazenda Pública, poderá o conciliador, para fins de encaminhamento da composição amigável, ouvir as partes e testemunhas sobre os contornos fáticos da controvérsia.

V - Nos Juizados Especiais da Fazenda Pública, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei quando houver divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais sobre questões de direito material e processual.

Quais afirmações estão corretas?

- (A) Apenas II, III e IV.
- (B) Apenas I, III, IV e V.
- (C) Apenas I, II e V.
- (D) Apenas I, II e IV.
- (E) Apenas III, IV e V.

71. Com base na legislação processual civil, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) Há erro de fato quando a decisão rescindenda admitir fato inexistente ou quando considerar inexistente fato efetivamente ocorrido, sendo indispensável, em ambos os casos, que o fato não represente ponto controvertido sobre o qual o juiz deveria ter se pronunciado.

(B) Nas hipóteses previstas para a ação rescisória, será rescindível a decisão transitada em julgado que, embora não seja de mérito, impeça admissibilidade do recurso correspondente.

(C) Nas hipóteses de simulação ou de colusão das partes, o prazo começa a contar, para o terceiro prejudicado e para o Ministério Público, que não interveio no processo, a partir do momento em que têm ciência da simulação ou da colusão.

(D) Se a ação rescisória for fundada em prova nova, o termo inicial do prazo será a data de descoberta da prova nova, observado o prazo máximo de 2 (dois) anos, contado do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.

(E) Nas hipóteses previstas para a ação rescisória, será rescindível a decisão transitada em julgado que, embora não seja de mérito, impeça nova propositura da demanda.

72. Assinale a alternativa **INCORRETA**, com base na legislação processual civil.

(A) É incabível o incidente de resolução de demandas repetitivas quando um dos tribunais superiores, no âmbito de sua respectiva competência, já tiver afetado recurso para definição de tese sobre questão de direito material ou processual repetitiva.

(B) Do julgamento do mérito do incidente de resolução de demandas repetitivas, caberá recurso extraordinário ou especial, conforme o caso, sem efeito suspensivo.

(C) Visando à garantia da segurança jurídica, as partes, o Ministério Público ou a Defensoria Pública, poderão requerer, ao tribunal competente para conhecer do recurso extraordinário ou especial, a suspensão de todos os processos individuais ou coletivos em curso no território nacional que versem sobre a questão objeto do incidente já instaurado.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

(D) O relator ouvirá as partes e os demais interessados, inclusive pessoas, órgãos e entidades com interesse na controvérsia, que, no prazo comum de 15 (quinze) dias, poderão requerer a juntada de documentos, bem como as diligências necessárias para a elucidação da questão de direito controvertida, e, em seguida, manifestar-se-á o Ministério Público, no mesmo prazo.

(E) Julgado o incidente de resolução de demandas repetitivas, a tese jurídica será aplicada a todos os processos individuais ou coletivos que versem sobre idêntica questão de direito e que tramitem na área de jurisdição do respectivo tribunal, inclusive àqueles que tramitem nos juizados especiais do respectivo Estado ou região.

73. Sebastião, contratado por Horácio, arrancou mudas de árvores nativas que haviam sido plantadas por servidores do Município em logradouro público próximo à residência do segundo. Flagrados por policiais militares e conduzidos à Delegacia de Polícia, foi lavrado termo circunstanciado da ocorrência. Posteriormente, não aceitas as propostas de aplicação de medidas de justiça consensual pelos agentes, ambos foram denunciados pelo Ministério Público por infração ao artigo 49, *caput*, da Lei nº 9.605/1998 (*Art. 49 - Destruir, danificar, lesar ou maltratar, por qualquer modo ou meio, plantas de ornamentação de logradouros públicos ou em propriedade privada alheia: Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente*). Durante a instrução processual, porém, restou comprovado que Sebastião, pessoa simples e analfabeta, desconhecia que sua conduta fosse contrária à ordem jurídica, tendo inclusive afirmado, em seu interrogatório, que, se soubesse, jamais teria destruído as plantas. Em sendo assim, Sebastião incorreu em

- (A) erro de tipo incriminador.
- (B) erro de tipo permissivo.
- (C) erro de proibição direto.
- (D) erro de proibição indireto.
- (E) erro de mandado.

74. Considere as seguintes afirmações acerca dos crimes contra a pessoa previstos no Código Penal.

I - À luz das diretrizes indicadas na Exposição de Motivos da Parte Especial do Código Penal brasileiro, a eutanásia ativa direta – como tal entendida a provocação, por comissão intencional, da morte de alguém, a seu pedido, em situação de doença acompanhada de padecimento de sofrimento intenso – deve ser considerada crime de homicídio minorado, previsto no artigo 121, parágrafo 1º, do Código Penal (*Art. 121 - Matar alguém: Pena - reclusão, de seis a vinte anos. § 1º - Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço*).

II - Conforme o entendimento dominante no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, a conduta do agente que expõe alguém, por meio de relações sexuais, a contágio da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) de que sabe estar contaminado se enquadra no disposto no artigo 130, *caput*, do Código Penal (*Art. 130 - Expor alguém, por meio de relações sexuais ou qualquer ato libidinoso, a contágio de moléstia venérea, de que sabe ou deve saber que está contaminado: Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa*).

III - O crime de invasão de dispositivo informático, previsto no artigo 154-A, *caput*, do Código Penal [*Art. 154-A - Invadir dispositivo informático de uso alheio, conectado ou não à rede de computadores, com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do usuário do dispositivo ou de instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita: Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa*], é, em regra, de ação penal de iniciativa pública condicionada à representação.

Quais afirmações estão corretas?

- (A) Todas as afirmações estão corretas.
- (B) Nenhuma das afirmações está correta.
- (C) Apenas as afirmações I e II.
- (D) Apenas as afirmações I e III.
- (E) Apenas as afirmações II e III.



75. Nos termos da Lei nº 13.060/2014, que disciplina o uso de instrumento de menor potencial ofensivo pelos órgãos de segurança pública em todo o território nacional, o disparo de arma de fogo por agente da segurança pública

- (A) não é legítimo em hipótese alguma, estando o policial na posse de instrumento de menor potencial ofensivo.
- (B) não é legítimo contra agente em fuga que esteja desarmado.
- (C) pode sempre ser realizado contra veículo que desrespeite bloqueio policial em via pública.
- (D) é legítimo contra pessoa em fuga que represente algum risco, mesmo que mediato, de morte ou lesão do policial ou de terceiro.
- (E) pode, em qualquer circunstância, ser realizado contra preso envolvido em rebelião no interior de estabelecimento prisional.

76. Acerca dos crimes relativos à ocultação de bens, direitos ou valores provenientes de atividade ilícita (“lavagem de dinheiro”), previstos na Lei nº 9.613/1998 e alterações posteriores, assinale a alternativa correta.

- (A) A partir da alteração promovida pela Lei nº 12.683/2012, foi suprimida a relação de infrações penais antecedentes, de modo que pode configurar-se o delito de “lavagem de dinheiro” diante da prática anterior de qualquer uma, desde que não se trate de contravenção penal.
- (B) Somente admitem a modalidade dolosa, exceto relativamente a infrações penais cometidas por agentes integrantes do sistema financeiro nacional, os quais podem vir a ser, em alguns casos, responsabilizados penalmente na modalidade culposa.
- (C) Segundo o entendimento dominante no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, somente respondem penalmente por sua prática os agentes que não tenham tido envolvimento com a infração penal antecedente, não se admitindo, assim, a chamada “autolavagem”, sob pena de configuração de *bis in idem*.
- (D) A extinção da punibilidade da infração penal antecedente pela prescrição não prejudica a configuração do delito de “lavagem de dinheiro”.
- (E) Constitui efeito da condenação penal a perda, em favor exclusivamente da União, de todos os bens, direitos e valores relacionados à prática da infração penal.

77. Considere as seguintes afirmações acerca dos crimes de drogas previstos na Lei nº 11.343/2006 e alterações posteriores.

I - O crime previsto no artigo 28 da Lei nº 11.343/2006 (*Art. 28 - Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas: I - advertência sobre os efeitos das drogas; II - prestação de serviços à comunidade; III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo*) não admite a transação penal nem a suspensão condicional do processo.

II - O agente que atua diretamente na traficância e que também financia ou custeia a aquisição de drogas deve responder pelo crime previsto no artigo 33, *caput* [*Art. 33 - Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa*], com a incidência da causa de aumento de pena prevista no artigo 40, inciso VII [*Art. 40 - As penas previstas nos arts. 33 a 37 desta Lei são aumentadas de um sexto a dois terços, se: (...) VII - o agente financiar ou custear a prática do crime*], ambos da Lei nº 11.343/2006, afastando-se, por consequência, a conduta autônoma prevista no artigo 36 do mesmo ato normativo [*Art. 36 - Financiar ou custear a prática de qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 desta Lei: Pena - reclusão, de 8 (oito) a 20 (vinte) anos, e pagamento de 1.500 (mil e quinhentos) a 4.000 (quatro mil) dias-multa*].



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

III - O crime de associação para o tráfico de drogas, previsto no artigo 35 da Lei nº 11.343/2006 [Art. 35 - *Associarem-se duas ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 desta Lei: Pena - reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.200 (mil e duzentos) dias-multa*], não é considerado delito hediondo nem a ele equiparado, mas, ainda assim, é aplicável a tal delito o disposto no parágrafo único do artigo 44 da Lei de Drogas (Art. 44 - *Os crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 a 37 desta Lei são inafiançáveis e insuscetíveis de sursis, graça, indulto, anistia e liberdade provisória, vedada a conversão de suas penas em restritivas de direitos. Parágrafo único - Nos crimes previstos no caput deste artigo, dar-se-á o livramento condicional após o cumprimento de dois terços da pena, vedada sua concessão ao reincidente específico*).

Segundo o entendimento dominante no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, quais afirmações estão corretas?

- (A) Todas as afirmações estão corretas.
- (B) Nenhuma das afirmações está correta.
- (C) Apenas as afirmações I e II.
- (D) Apenas as afirmações I e III.
- (E) Apenas as afirmações II e III.

78. Assinale a assertiva correta.

(A) Conforme o entendimento sumulado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, a prática de qualquer infração penal com violência ou grave ameaça contra a mulher no ambiente doméstico, inclusive contravenção penal, impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos.

(B) Conforme o entendimento dominante no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, o crime de injúria racial, previsto no artigo 140, parágrafo 3º, do Código Penal [Art. 140 – (...) § 3º *Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência: Pena - reclusão de um a três anos e multa*], não é considerado prática de racismo, sendo-lhe inaplicáveis as limitações constantes do artigo 5º, inciso XLII, da Constituição Federal (inafiançabilidade e imprescritibilidade), as quais se destinam aos delitos tipificados na Lei nº 7.716/1989, conhecida como Lei Antidiscriminação ou Lei Antipreconceito.

(C) Em vista de disposição expressa da Lei nº 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, as imunidades absolutas e relativas previstas no Código Penal em seus artigos 181 (Art. 181 - *É isento de pena quem comete qualquer dos crimes previstos neste título, em prejuízo: I - do cônjuge, na constância da sociedade conjugal; II - de ascendente ou descendente, seja o parentesco legítimo ou ilegítimo, seja civil ou natural*) e 182 (Art. 182 - *Somente se procede mediante representação, se o crime previsto neste título é cometido em prejuízo: I - do cônjuge desquitado ou judicialmente separado; II - de irmão, legítimo ou ilegítimo; III - de tio ou sobrinho, com quem o agente coabita*) não se aplicam aos crimes contra o patrimônio cometidos sem violência ou grave ameaça contra pessoa com deficiência.

(D) Conforme o entendimento sumulado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, o crime de corrupção de menor de 18 anos de idade, previsto no artigo 244-B da Lei nº 8.069/1990 [Art. 244-B - *Corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 (dezoito) anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la: Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos*], é considerado infração penal material, exigindo, para a sua configuração, a prova da efetiva corrupção da vítima.

(E) Conforme decidido pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, o crime previsto no artigo 102 da Lei nº 10.741/2003 [Art. 102 - *Apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento do idoso, dando-lhes aplicação diversa da de sua finalidade: Pena – reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa*] é considerado de menor potencial ofensivo, como tal admitindo a transação penal, nos termos do artigo 94 desse mesmo ato normativo [Art. 94 - *Aos crimes previstos nesta Lei, cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse 4 (quatro) anos, aplica-se o procedimento previsto na Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, e, subsidiariamente, no que couber, as disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal*].



79. Considere as seguintes afirmações acerca dos crimes de trânsito previstos na Lei nº 9.503/1997 e alterações posteriores.

I - Os crimes de embriaguez ao volante e de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor configuram infrações penais autônomas, não sendo o primeiro meio normal para o cometimento do segundo, razão pela qual não tem aplicação o princípio da consunção.

II - O crime de embriaguez ao volante é considerado infração penal de perigo abstrato, sendo desnecessária a demonstração da efetiva potencialidade lesiva da conduta.

III - Com o advento da Lei nº 12.760/2012, apesar de dispensável a submissão do acusado a testes de alcoolemia, é imprescindível a realização de exame clínico no motorista para a comprovação do crime de embriaguez ao volante.

À luz do entendimento dominante no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, quais afirmações estão corretas?

- (A) Todas as afirmações estão corretas.
- (B) Nenhuma das afirmações está correta.
- (C) Apenas as afirmações I e II.
- (D) Apenas as afirmações I e III.
- (E) Apenas as afirmações II e III.

80. Acerca dos crimes licitatórios, considerando a edição da Lei nº 14.133/2021, conhecida como nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, assinale a alternativa correta.

(A) Até que decorram dois anos da publicação oficial do novel ato normativo, continuam em vigor as disposições penais da Lei nº 8.666/1993 (artigos 89 a 108).

(B) Conforme o entendimento dominante no âmbito do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, consolidado à luz da legislação anterior, a prévia aprovação do ato por decisão do Tribunal de Contas descaracteriza o crime, impedindo o oferecimento de ação penal contra o agente responsável.

(C) A progressão de regime de cumprimento da pena privativa de liberdade, em tais casos, deve observar o disposto no artigo 33, § 4º, do Código Penal [Art. 33 - (...) § 4º *O condenado por crime contra a administração pública terá a progressão de regime do cumprimento da pena condicionada à reparação do dano que causou, ou à devolução do produto do ilícito praticado, com os acréscimos legais*].

(D) A pena de multa a eles aplicável deve ser calculada de acordo com a metodologia do Código Penal, não podendo, porém, ser superior a dois por cento do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

(E) Estão excluídos da incidência da lei os crimes envolvendo contratos celebrados por empresas públicas ou sociedades de economia mista, por se tratar de entes com natureza jurídica privada.

81. Considere as seguintes afirmações acerca das causas de extinção da punibilidade.

I - Temístocles, com 19 anos de idade na data do fato, no dia 10 de setembro de 2014, em Santa Maria, RS, subtraiu, para si, mediante grave ameaça, uma bicicleta, avaliada em R\$ 1.500,00, de propriedade de Juvenal. O Ministério Público, diante desse fato, ofereceu denúncia contra Temístocles, a qual foi recebida em 25 de março de 2015. Após regular processamento, sobreveio, em 8 de junho de 2018, sentença absolutória. Interposto recurso de apelação pela acusação, foi a sentença de primeiro grau reformada por Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, com a condenação do réu e a aplicação da pena de 4 anos e 10 meses de reclusão, mais multa, em acórdão proferido na sessão de julgamento do dia 14 de setembro de 2019 e transitado em julgado 17 dias após. Em sendo assim, ocorreu a extinção da pretensão punitiva estatal, pela prescrição.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

II - Conforme disposição expressa da Lei nº 12.850/2013, que trata das organizações criminosas, o perdão judicial pode ser concedido como prêmio ao réu que prestar colaboração após a sentença penal condenatória ter transitado em julgado.

III - O indulto, que deve ser concedido por decreto pelo Presidente da República, afeta a pretensão executiva estatal, extinguindo todos os efeitos penais da sentença condenatória.

Quais afirmações estão corretas?

- (A) Todas as afirmações estão corretas.
- (B) Nenhuma das afirmações está correta.
- (C) Apenas as afirmações I e II.
- (D) Apenas as afirmações I e III.
- (E) Apenas as afirmações II e III.

82. Acerca dos crimes contra a ordem tributária, assinale a alternativa correta.

(A) Conforme o entendimento dominante no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, o princípio da insignificância penal não é aplicável à sonegação fiscal ocorrida no âmbito estadual.

(B) Nos termos do artigo 83, *caput*, da Lei nº 9.430/1996 [Art. 83 - *A representação fiscal para fins penais relativa aos crimes contra a ordem tributária previstos nos arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e aos crimes contra a Previdência Social, previstos nos arts. 168-A e 337-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), será encaminhada ao Ministério Público depois de proferida a decisão final, na esfera administrativa, sobre a exigência fiscal do crédito tributário correspondente*], com a redação dada pela Lei nº 12.350/2010, a ação penal, à luz do entendimento dominante no âmbito do Supremo Tribunal Federal, é de iniciativa pública condicionada à representação da autoridade fazendária.

(C) Conforme o entendimento dominante no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, o pagamento do tributo devido, para operar a extinção da punibilidade das infrações penais materiais, deve ocorrer até a publicação da sentença penal recorrível.

(D) Conforme o entendimento sumulado no âmbito do Supremo Tribunal Federal, as infrações penais previstas no artigo 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/1990 [Art. 1º - *Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas: I - omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias; II - fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal; III - falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável; IV - elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato (...)*] somente se tipificam com o lançamento definitivo do tributo.

(E) Conforme o entendimento dominante no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, o funcionário público que, mediante violência contra a pessoa, exigir, para si, em razão de sua função, vantagem indevida, para deixar de lançar ou cobrar tributo incorre nas sanções previstas no artigo 3º, inciso II, da Lei nº 8.137/1990 [Art. 3º - *Constitui crime funcional contra a ordem tributária, além dos previstos no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal (Título XI, Capítulo I): (...) II - exigir, solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de iniciar seu exercício, mas em razão dela, vantagem indevida; ou aceitar promessa de tal vantagem, para deixar de lançar ou cobrar tributo ou contribuição social, ou cobrá-los parcialmente. Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa*].



83. Assinale a assertiva correta.

(A) De acordo com a Resolução nº 181/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, o Ministério Público poderá presidir a lavratura de auto de prisão em flagrante decorrente das investigações criminais que ele mesmo presidir.

(B) Segundo o Código de Processo Penal, não havendo autoridade policial no lugar em que houver sido efetuada a prisão em flagrante, o preso será prontamente apresentado à autoridade judicial mais próxima, a quem incumbirá a presidência da lavratura do auto de prisão em flagrante.

(C) O Código de Processo Penal não autoriza a presidência da lavratura de auto de prisão em flagrante por autoridade diversa do Delegado de Polícia, devendo ele ser buscado ainda que em localidade diferente daquela em que ocorreu a prisão.

(D) Não havendo escrivão que possa realizar a lavratura do auto de prisão em flagrante, o Código de Processo Penal autoriza à autoridade policial que nomeie qualquer pessoa para tal ato, mediante o préstimo de compromisso legal.

(E) De acordo com o Código de Processo Penal, a prisão de qualquer pessoa e o local onde ela se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

84. Assinale a assertiva correta.

(A) De acordo com Código de Processo Penal, se a infração for afiançável, a falta de exibição do mandado não obstará a prisão, e o preso, em tal caso, será imediatamente apresentado ao juiz que tiver expedido o mandado, para a realização de audiência de custódia.

(B) Segundo a Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, promulgada pelo Brasil por meio do Decreto nº 8.766, de 11 de maio de 2016, a audiência de custódia somente poderá ser presidida por autoridade judiciária competente, diferentemente do previsto na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, promulgada por meio do Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992.

(C) Segundo a Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, promulgada pelo Brasil por meio do Decreto nº 8.766, de 11 de maio de 2016, e Convenção Americana sobre Direitos Humanos, promulgada por meio do Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992, a audiência de custódia poderá ser presidida por autoridade judiciária competente ou outra autoridade autorizada pela lei a exercer funções judiciais.

(D) De acordo com a Convenção Americana dos Direitos Humanos, transcorridas 24 (vinte e quatro) horas após a prisão do agente, a não realização de audiência de custódia sem motivação idônea ensejará também a ilegalidade da prisão, a ser relaxada pela autoridade competente, sem prejuízo da possibilidade de imediata decretação de prisão preventiva.

(E) De acordo com o Código de Processo Penal, a não realização da audiência de custódia no prazo por ele fixado ensejará, incontinenter, a ilegalidade da prisão efetuada, a ser relaxada pela autoridade competente, sem prejuízo da possibilidade de imediata decretação de prisão preventiva.

85. Assinale a assertiva correta.

(A) Segundo o Conselho Nacional do Ministério Público, o procedimento investigatório criminal é instrumento sumário e desburocratizado de natureza administrativa e inquisitorial, instaurado e presidido pelo membro do Ministério Público com atribuição criminal, e terá como finalidade apurar a ocorrência de infrações penais de iniciativa pública, servindo como preparação e embasamento para o juízo de propositura, ou não, da respectiva ação penal.

(B) De acordo com a Resolução nº 181/2017, atualizada pela Resolução nº 183/2018, ambas do Conselho Nacional do Ministério Público, o membro do Ministério Público, nos crimes de ação penal pública, ao receber peças de informação encaminhadas por qualquer pessoa do povo, poderá, dentre outras possibilidades, determinar a verificação da procedência das informações, de modo a, só após sua confirmação, determinar instauração do procedimento investigatório criminal.



(C) A regulamentação do procedimento investigatório criminal, criada pelo Conselho Nacional do Ministério Público, não prevê expressamente a possibilidade de o membro do Ministério Público determinar a reprodução simulada dos fatos, tendo ido em sentido oposto ao Código de Processo Penal, quando trata das possibilidades de atuação do Delegado de Polícia na condução do inquérito policial.

(D) Da instauração do procedimento investigatório criminal, o membro do Ministério Público fará comunicação imediata à Corregedoria-Geral à qual está vinculado, a fim de que ela possa fiscalizar os trâmites e prazos daquela apuração.

(E) De modo a manter a simetria com as disposições do Código de Processo Penal, o Conselho Nacional do Ministério Público estabeleceu que o procedimento investigatório criminal deverá ser concluído no prazo de 10 (dez) dias para as hipóteses de investigado preso, e de 30 (trinta) dias para as hipóteses de investigado solto, permitidas, por igual período, prorrogações sucessivas, por decisão fundamentada do membro do Ministério Público responsável pela sua condução.

86. De acordo com o Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

(A) Formalizado o acordo de não persecução penal por escrito, ele será firmado pelo juiz, pelo membro do Ministério Público, pelo investigado e por seu defensor.

(B) O descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado também poderá ser utilizado pelo Ministério Público como justificativa para inviabilizar a suspensão condicional da pena.

(C) Homologado judicialmente o acordo de não persecução penal, o juiz devolverá os autos ao Ministério Público para que inicie sua execução perante o juízo competente para conhecer a ação penal, em caso de seu descumprimento.

(D) Para a homologação do acordo de não persecução penal, será realizada audiência na qual o juiz deverá verificar a sua voluntariedade, por meio da oitiva do investigado na presença do seu defensor, dela não sendo obrigatoriamente intimado o Ministério Público; ademais, o juiz também deverá verificar a legalidade do acordo.

(E) Cumprido integralmente o acordo de não persecução penal, o juízo competente decretará a extinção de punibilidade e determinará o arquivamento da investigação criminal.

87. De acordo com o direito sumular dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

(A) A homologação da transação penal prevista no artigo 76 da Lei nº 9.099/1995 faz coisa julgada formal e, descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial.

(B) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já mencionados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

(C) Entre outras razões, é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

(D) É incabível a suspensão condicional do processo na desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva.

(E) Fere o contraditório e o devido processo decisão que, sem ouvida prévia da defesa, determine transferência ou permanência de custodiado em estabelecimento penitenciário federal.



88. A autoridade policial, lotada na Comarca de Cacimbinhas, prendeu em flagrante Fulano de Tal, em razão de ele possuir e armazenar vídeos que continham cenas de sexo explícito e pornográficas envolvendo crianças e adolescentes (artigo 241-B, *caput*, do Estatuto da Criança e do Adolescente). Tendo em vista o apenamento previsto para aquela infração penal, a autoridade policial arbitrou a fiança no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), que restou prontamente satisfeita por Fulano de Tal. Ao concluir o auto de prisão em flagrante, a autoridade policial, em pedido apartado daquele auto, também representou pela prisão preventiva de Fulano de Tal, em razão de ele responder a processo criminal pelo mesmo fato e estar foragido, após romper a tornozeleira que usava para poder estar em liberdade provisória. Além disso, a autoridade policial entendeu que havia indícios da existência de associação criminosa (artigo 288 do Código Penal), e que Fulano de Tal trocava, com outros indivíduos e por diversos meios, fotografias e vídeos que continham cenas de sexo explícito e pornográficas envolvendo crianças e adolescentes (artigo 241-A, *caput*, do Estatuto da Criança e do Adolescente). Observadas todas as formalidades exigidas para a confecção do auto de prisão em flagrante, tanto ele quanto a representação pela prisão preventiva de Fulano de Tal foram distribuídos ao Poder Judiciário. Autuados em conjunto, foi designada a audiência de custódia.

Diante da narrativa acima, assinale a alternativa correta.

- (A) O auto de prisão em flagrante deverá ser homologado pela autoridade judicial, mantida a fiança arbitrada e rechaçado o pedido de prisão preventiva, por haver sido requerido antes da instauração formal do inquérito policial.
- (B) O auto de prisão em flagrante deverá ser homologado pela autoridade judicial, mantida a fiança arbitrada e conhecido o pedido de prisão preventiva, ainda que requerido antes da instauração do inquérito policial.
- (C) O auto de prisão em flagrante deverá ser homologado pela autoridade judicial, cassada a fiança arbitrada e conhecido o pedido de prisão preventiva para análise por parte do juiz, por ele possuir motivos que autorizam sua decretação.
- (D) A prisão em flagrante deverá ser relaxada, em razão de a autoridade policial não haver podido arbitrar a fiança, o que não impede o conhecimento e deferimento do pedido de prisão preventiva encaminhado pela autoridade policial.
- (E) O auto de prisão em flagrante deverá ser homologado pela autoridade judicial, perdida a fiança arbitrada e conhecido o pedido de prisão preventiva.

89. Custódio Custos, Promotor de Justiça, instaurou procedimento investigatório criminal voltado à apuração do crime de tráfico de drogas em sua Comarca. Após tomar alguns depoimentos, ele requereu e obteve autorização para interceptar as ligações telefônicas feitas e recebidas pela pessoa que estava sendo investigada. Em uma das ligações, foi possível identificar o dia, hora e local em que um carregamento de droga seria entregue à pessoa investigada, razão pela qual Custódio Custos, juntamente com sua equipe de apoio, realizaram todos os preparativos para efetuar a prisão em flagrante da pessoa investigada e de quem mais estivesse presente no local e envolvido no crime apurado. Visualizando movimentação anômala na residência da pessoa investigada, e de posse de um mandado de busca e apreensão domiciliar judicialmente expedido, Custódio Custos e sua equipe ingressaram no local, presenciaram várias pessoas empilhando diversos invólucros de droga em um quarto daquela residência e, de pronto, prenderam em flagrante todas aquelas pessoas pela prática dos crimes de tráfico de drogas e associação ao tráfico.

Diante da narrativa acima, assinale a alternativa correta.

- (A) Custódio Custos não poderá ajuizar a ação penal pública, mas atuará no processo de conhecimento como fiscalizador da execução da lei, a teor do que diz o Código de Processo Penal.
- (B) Custódio Custos deverá ser o membro do Ministério Público a ajuizar a ação penal pública, a teor do que prevê a Resolução nº 181, de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- (C) Custódio Custos não poderá ser o firmatário da ação penal pública, em razão de estar impedido, segundo vedação constante expressamente no Código de Processo Penal, pelo fato de ele haver testemunhado o fato investigado.
- (D) Custódio Custos não poderá ser o firmatário da ação penal pública, em razão de ser considerado suspeito, segundo vedação constante expressamente no Código de Processo Penal, pelo fato de ele haver testemunhado o fato investigado.
- (E) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

90. De acordo com a legislação processual penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Os recursos previstos na legislação processual penal brasileira possuem natureza processual, em razão de serem interpostos como decorrência do direito de ação e direcionados ao Poder Judiciário para apreciação.
- (B) Ao longo de todos os atos do processo de conhecimento, e em atenção ao princípio do contraditório, a acusação sempre se manifestará anteriormente à defesa.
- (C) Todas as manifestações do órgão do Ministério Público, ao longo dos atos do processo de conhecimento, deverão ser fundamentadas, sob pena de cerceamento de defesa e responsabilização administrativa.
- (D) Ainda que excepcionalmente, o Código de Processo Penal admite que o julgador não decida a causa penal, sempre que verificada a necessidade de esclarecimento de fato reconhecido como essencial ao julgamento.
- (E) Na instrução da causa penal de rito comum ordinário, poderão ser inquiridas até 8 (oito) testemunhas arroladas pela acusação e 8 (oito) pela defesa, nelas computadas as testemunhas que não prestam compromisso.

91. De acordo com a legislação processual penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Na hipótese de inquérito policial instaurado para investigar tráfico de drogas, a apuração será concluída no prazo de 30 (trinta) dias, se o indiciado estiver preso, e de 90 (noventa) dias, quando solto.
- (B) O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada pela autoridade policial, sob pena de responsabilização criminal, civil e administrativa.
- (C) Se necessário à prevenção e à repressão dos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, tráfico de armas e tráfico de drogas, o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia poderão requisitar, de imediato e diretamente, às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados – como sinais, informações e outros – que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos dos delitos em curso.
- (D) Nos casos de tráfico de pessoas, tráfico de armas e tráfico de drogas, o inquérito policial deverá ser instaurado no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contado do registro da respectiva ocorrência policial.
- (E) Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessam à prova, permanecerão sob responsabilidade da autoridade policial, sendo disponibilizados ao juízo sempre que por ele forem requisitados.

92. De acordo com a legislação processual penal brasileira, assinale a alternativa correta.

- (A) A legitimidade ativa do Ministério Público, para o ajuizamento da ação civil “ex delicto”, depende de três fatores, quais sejam, que o titular do direito à reparação seja pessoa pobre, que ele requeira a atuação do Ministério Público e não haja Defensoria Pública na comarca onde a ação deverá ser ajuizada.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- (B) Faz coisa julgada no cível a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou em estado de violenta emoção.
- (C) Intentada a ação penal, o juiz da ação civil poderá suspender o curso desta, pelo prazo de 01 (um) ano.
- (D) Transitada em julgado a sentença condenatória para a acusação, poderão promover-lhe a execução, no juízo cível, para o efeito da reparação do dano, o ofendido, seu representante legal ou seus herdeiros.
- (E) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

93. Considere as seguintes afirmações.

- I - Beltrano, em razão da cassação dos direitos políticos em ação de improbidade administrativa, ainda não transitada em julgado, poderá votar nas eleições de 2022, mas não poderá candidatar-se a Deputado Federal.
- II - Beltrano, por ser Deputado Federal eleito antes da condenação em Segundo Grau, por atos de improbidade administrativa, poderá seguir votando, no exercício do mandato, pela aprovação de leis ordinárias, mas não poderá votar propostas de Emendas Constitucionais.
- III - A perda dos direitos políticos impede a candidatura, mas permite o voto no pleito municipal.
- IV - A cassação dos direitos políticos é medida adequada aos políticos corruptos que pratiquem atos de improbidade administrativa.

Quais afirmações estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas III e IV.
- (C) Apenas I, II e IV.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) Nenhuma das afirmações está correta.

94. Com relação à atuação do Ministério Público na seara eleitoral, assinale a alternativa correta.

- (A) Compete aos Procuradores de Justiça exercer perante os Tribunais junto aos quais servirem as atribuições eleitorais relativas aos feitos atinentes às eleições municipais.
- (B) Perante os Juízes Eleitorais, funcionarão os membros do Ministério Público Estadual, designados pelo Procurador-Geral Eleitoral.
- (C) O Procurador Geral de Justiça é o chefe do Ministério Público Eleitoral.
- (D) Verificada infração penal eleitoral, o Ministério Público oferecerá a denúncia dentro do prazo de 10 (dez) dias.
- (E) Em cada capital de Estado, haverá um Procurador de Justiça com atribuições para officiar na matéria eleitoral.

95. Considere as seguintes afirmações quanto às inelegibilidades.

- I - Os prazos de inelegibilidade previstos nas alíneas j e h do inciso I do art. 1º da LC nº 64/1990 têm termo inicial no dia do primeiro turno da eleição e termo final no dia de igual número no oitavo ano seguinte.
- II - São inelegíveis o Presidente da República, o Governador de Estado e do Distrito Federal, o Prefeito, os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa, das Câmaras Municipais, que renunciarem a seus mandatos desde o oferecimento de representação ou petição capaz de autorizar a abertura de processo por infringência a dispositivo da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término da legislatura.

III - São inelegíveis aqueles que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de 8 (oito) anos a contar do trânsito em julgado da decisão.

Quais afirmações estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

96. A Constituição Federal garantiu à pessoa com deficiência, além dos direitos expressos a todo e qualquer cidadão, uma gama de direitos específicos, regulamentados tanto no âmbito federal como no estadual.

Com base nessa informação, assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações.

- () A educação do aluno com deficiência deverá iniciar-se na educação infantil, a partir de 1 (um) ano de idade.
- () Os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra pessoa com deficiência serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos ou privados à autoridade policial e ao Ministério Público, além dos Conselhos dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
- () A pessoa com deficiência tem direito, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a condições justas e favoráveis de trabalho, incluindo igual remuneração por trabalho de igual valor.
- () O poder público deverá adotar cláusulas de impedimento à participação de editoras nos editais de compras de livros, inclusive para o abastecimento ou a atualização de bibliotecas em todos os seus níveis e modalidades de educação e de bibliotecas públicas, quando não ofertem sua produção também em formatos acessíveis, cujos arquivos possam ser reconhecidos e acessados por *softwares* ou outras tecnologias assistidas.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – F – F – F.
- (B) F – V – V – V.
- (C) F – V – V – F.
- (D) V – F – V – F.
- (E) F – V – F – V.

97. Considerando o direito à Convivência Familiar, assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações.

- () As uniões estáveis homoafetivas, consideradas pela jurisprudência do STF como entidade familiar, conduziram à imperiosidade da interpretação reducionista do conceito de família como instituição que também se forma por vias distintas do casamento civil, tornando inviável a adoção por casais homoafetivos.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

() Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial.

() De acordo com o STF, a paternidade responsável, enunciada expressamente no art. 226, § 7º, da Constituição Federal, na perspectiva da dignidade humana e da busca pela felicidade, impõe o acolhimento, no espectro legal, tanto dos vínculos de filiação construídos pela relação afetiva entre os envolvidos, quanto daqueles originados da ascendência biológica, sem que seja necessário decidir entre um ou outro vínculo quando o melhor interesse do descendente for o reconhecimento jurídico de ambos.

() A circunstância de encontrar-se a extraditanda grávida, em vias de dar à luz uma criança que adquirirá a nacionalidade brasileira, configura óbice ao deferimento da extradição, conforme entendimento do STF.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – F – V – V.
- (B) V – V – F – F.
- (C) F – V – V – F.
- (D) F – V – V – V.
- (E) F – F – F – F.

98. Em vista das medidas socioeducativas destinadas a adolescente por prática de ato infracional, considere as seguintes afirmações.

I - A concessão da remissão pré-processual por membro do Ministério Público, antes mesmo de se iniciar o procedimento no qual seria apurada a responsabilidade, acompanhada de aplicação de medida socioeducativa de advertência, como forma de exclusão do processo, é autorizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

II - Compete à Justiça da Infância e da Juventude homologar a remissão concedida pelo membro do Ministério Público ao adolescente infrator, caso com ela concorde, ou remeter ao Procurador-Geral de Justiça e este oferecerá representação, designará outro membro do Ministério Público para apresentá-la, ou ratificará o arquivamento ou a remissão, que só então estará a autoridade judiciária obrigada a homologar.

III - A medida socioeducativa de advertência poderá ser aplicada sempre que houver prova de materialidade e indícios suficientes da autoria.

IV - Nos termos da Súmula 605 do STJ, a superveniência da maioridade penal não interfere na apuração de ato infracional nem na aplicabilidade da medida socioeducativa em curso, inclusive na liberdade assistida, enquanto não atingida a idade de 21 (vinte e um) anos.

V - As manutenção das medidas de semiliberdade e de internação deverá ser reavaliada no prazo máximo de 6 (seis) meses, e somente a pedido do defensor e membro do Ministério Público.

Quais afirmações estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas III e V.
- (C) Apenas III, IV e V.
- (D) Apenas I, II, III e IV.
- (E) I, II, III, IV e V.



99. Quanto à prática de atos infracionais por adolescentes, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) Segundo entendimento do STF, o princípio da insignificância, aplicável às condutas perpetradas por agentes imputáveis, quando verificados os requisitos necessários para a configuração do delito de bagatela, não se aplica aos atos infracionais porquanto a natureza dos procedimentos de apuração de atos infracionais e das medidas socioeducativas busca a reeducação do infrator de forma inserida na sociedade.

(B) Segundo o entendimento do STF, o prazo de 45 dias, previsto no art. 183 do Estatuto da Criança e do Adolescente, diz respeito à conclusão do procedimento de apuração do ato infracional e à prolação da sentença de mérito, quando o adolescente está internado provisoriamente. Proferida a sentença de mérito, resta prejudicada a alegação de excesso de prazo da internação provisória.

(C) Segundo o entendimento do STJ, a prescrição penal é aplicável nas medidas socioeducativas.

(D) A representação será oferecida por petição, que conterá o breve resumo dos fatos e a classificação do ato infracional e, quando necessário, o rol de testemunhas, podendo ser deduzida oralmente, em sessão diária instalada pela autoridade judiciária.

(E) O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) não menciona a maioridade civil como causa de extinção da medida socioeducativa imposta ao infrator: no ECA consta apenas que suas normas podem ser aplicadas excepcionalmente a pessoas entre 18 e 21 anos de idade.

100. Assinale com **V** (verdadeiro) ou com **F** (falso) as seguintes afirmações, relativas ao Sistema de Proteção e Atendimento a Crianças e Adolescentes.

() As entidades não governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual comunicará o registro ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária da respectiva localidade.

() Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha.

() As pessoas jurídicas, por expressa disposição legal, não podem participar de programa de apadrinhamento afetivo de crianças e adolescentes.

() As entidades que mantenham programa de acolhimento institucional poderão, em caráter excepcional e de urgência, acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 48 (quarenta e oito) horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de responsabilidade.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

(A) F – F – V – V.

(B) V – F – V – F.

(C) V – V – F – F.

(D) V – F – V – V.

(E) F – V – F – F.

1	D	26	D	51	C	76	D
2	C	27	D	52	A	77	E
3	B	28	E	53	E	78	A
4	B	29	C	54	D	79	C
5	C	30	B	55	B	80	C
6	E	31	C	56	B	81	B
7	C	32	B	57	C	82	D
8	D	33	D	58	E	83	D
9	A	34	C	59	D	84	B
10	B	35	B	60	A	85	C
11	E	36	A	61	C	86	D
12	D	37	E	62	A	87	A
13	A	38	D	63	C	88	C
14	D	39	A	64	E	89	E
15	E	40	C	65	A	90	D
16	E	41	D	66	D	91	A
17	X	42	B	67	B	92	E
18	C	43	C	68	E	93	E
19	B	44	E	69	C	94	D
20	D	45	E	70	A	95	C
21	X	46	C	71	D	96	B
22	A	47	D	72	B	97	X
23	B	48	A	73	C	98	D
24	E	49	C	74	D	99	A
25	A	50	D	75	B	100	C